

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CONSEMA**

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dois realizou-se a Quadragésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no anexo do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Silvio Botelho**, Representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Presidente *ad hoc* do Conselho; **Maria Dolores Pineda**, da FEPAM (Secretária Executiva *ad hoc*); **Drauto Luiz Oliveira**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Carlos Vinícius Cavalcante**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sra. Raquel Salabrini**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Eberson José Thimmig Silveira**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário da SEDAI; **Sr. Carlos Emílio Schwanke**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Alexandre Bugin** e **Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representantes, Titular e Suplente, dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior** e **Sr. Renzo Alberto Guilherme Bassanetti**, Representantes, Titular e Suplente, do DEFAP; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Flávio Lewgoy** e **Edi Xavier Fonseca**, Representantes, Titular e Suplente, da AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG e, **Sr. Arno Leandro Kayser**, Representante Titular do Movimento Roessler. Participaram também o Sr. Edio Eloi Frizzo, Secretário do Meio Ambiente do Município de Caxias do Sul, Sra. Josiane Novas e Cláudio Dilda, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Município de Caxias do Sul, Sr. Geraldo André Susin e Jacson Costeletti, da ALGA, Sr. José Valdir, STR, Salvador do Sul, Sr. Maurício Vieira de Souza, Sr. Eleutério Lopes, da Fundação Zoobotânica, Sra. Anita Bergmann, da FAMURS, Sr. Clebes Pinheiro, da FEPAM, Sr. Augusto Carneiro, do PANGEA, Sr. Cristiano Machado Silveira, Sr. Carlos Alberto Castro da Silva, do Gabinete do Vereador Beto Moesch, Sra. Silvia Capelli, do Ministério Público Estadual e Hilda Zimmermann, da União pela Vida. A abertura dos trabalhos foi presidida pelo Sr. Silvio Botelho, Presidente *ad hoc* do CONSEMA. **Sr. Presidente:** Boa tarde, senhores Conselheiros e Conselheiras. Vamos dar início aos trabalhos da 42ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Pediria atenção de todos para darmos início a nossa reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Ao abrir a 42ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, primeiro quero fazer uma justificativa da ausência do Secretário Cláudio Langone que, em virtude de uma agenda no interior ainda não conseguiu chegar para esta atividade. Deverá-se somar a esta reunião para o fim da tarde. Até lá, coube-me a tarefa de iniciar e conduzir os trabalhos de hoje. A nossa reunião teria como de praxe, no primeiro ponto, a apreciação da Ata da reunião passada. Em virtude de que este material não conseguiu ser produzido a tempo, para que cada Conselheiro pudesse apreciar, então, esta Ata deverá ser remetida para a próxima reunião. Teríamos como ponto de pauta, primeiro o ponto de Comunicações, que não está expresso no texto, que são a leitura de registro de alguns ofícios, encaminhamentos que foram trazidos pela Secretaria do Conselho. Depois teremos como nossa Ordem do Dia: **1 – Habilitação de Municípios para licenciamento de atividades de impacto local; 2 – Situação de desafetação da área junto ao Jardim Botânico – Vila Juliano Moreira; 3 – Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e o Plano Plurianual; 4 – Assuntos Gerais.** Passa a palavra para Diretora Técnica da FEPAM, Dolores, para que faça a leitura das Comunicações. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Comunica a correspondência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do CEA, da impossibilidade de comparecimento de seus membros titulares e suplentes a essa reunião, e uma correspondência da ONG Curicaca justificando também a impossibilidade de comparecimento e todos solicitando que os assuntos sejam encaminhados depois para posterior conhecimento. **Sr. Presidente:** Ok. Feita a leitura, passamos para o primeiro ponto de pauta: **1 – Habilitação de Municípios para licenciamento de atividades de impacto local.** Esse ponto será apresentado pelo Colega Clebes Pinheiro, que é membro da Comissão de Licenciamento da SEMA/FEPAM. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Como

55 vamos ter o licenciamento de Caxias, nós temos a ALGA, que é a nova representante das ONGs, e
56 parece que não está oficializada. E gostaria de saber como está a situação da ALGA em relação ao
57 Conselho, se já está efetivada. **Sr. Presidente:** Já foi aberto processo, encaminhado à Casa Civil,
58 portanto, aguarda-se apenas a publicação. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Oficialmente ainda não, e isso
59 foi encaminhado em dezembro. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Pois é, só
60 complementando esta questão que o Arno levanta, e não entendemos essas burocracias do Diário
61 Oficial. Por que algumas coisas são publicadas mais rápido e outras demoram tanto? Há o repasse do
62 licenciamento dos Municípios, saiu a publicação no Diário Oficial em quinze ou vinte dias. E a
63 questão da ALGA a gente encaminhou para o CONSEMA em dezembro, só para entender um pouco a
64 burocracia. **Sr. Presidente:** Primeiro, compartilhamos de que a demora da burocracia administrativa
65 do Estado é um desafio a todos nós para que possamos ter um sistema mais ágil. Não há nenhuma
66 atitude deliberada da Secretaria de que possa causar uma demora, que possa ter um prejuízo a
67 qualquer um dos Conselheiros. A documentação foi entregue, foi aberto processo e foi encaminhado
68 para a Casa Civil. A Casa Civil é quem encaminha as publicações. Os nossos atos internos são mais
69 ágeis, e quando chegam lá, e como a Casa Civil reúne praticamente a maior parte das publicações, e
70 precisa revisar, há um pouco esta demora. Em princípio, o fato de haver uma deliberação, um registro
71 de que essa entidade passa a ser conselheira, apenas estamos fazendo a formalidade da publicação e
72 isso não impede que o representante da entidade esteja aqui presente, enfim. **Sr. Arno Leandro**
73 **Kayser:** Só que ele não pode votar. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Uma explicação um pouco mais
74 técnica que o pessoal me passou da demora maior. É que a indicação de Conselheiro tem que passar
75 via Casa Civil. Então, aumenta a burocracia. E as demais publicações vai direto para a CORAG e vai
76 direto para a publicação, pois o Conselheiro é nomeação, então, aumenta um pouco mais o tempo.
77 **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** A nomeação tem que passar pelo gabinete da Casa
78 Civil. **Sra. Maria Dolores Pineda:** E as publicações daqui vão direto para a CORAG, que vai direto
79 para o Diário Oficial, então, é um pouco mais rápido. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Não tendo a
80 publicação, oficialmente não é o representante, não tem direito a voto. Vamos apelar para que haja
81 uma agilidade nesse processo, pois é a segunda ou terceira reunião que não é oficial e o movimento
82 está sem um representante. **Sr. Presidente:** Vamos acatar a sugestão do Conselheiro Arno e vamos
83 fazer esforços para que a Casa Civil publique rapidamente a indicação do Conselheiro, portanto,
84 regularize a sua situação como Conselheiro nessa instância. Não havendo mais nenhum pedido de
85 esclarecimento sobre este tema passo a palavra ao Clebes Pinheiro. **Sr. Clebes Pinheiro:** Boa tarde a
86 todos os Conselheiros e a Mesa. Estou trazendo aqui o relato da última reunião da Câmara Técnica
87 que ocorreu na quinta-feira da semana anterior, onde foram avaliados os processos que estavam na
88 SEMA com vista ao processo da municipalização. Dos Municípios que chegaram até a Câmara
89 Técnica, onde foi feita a avaliação com base na Resolução 04/2000, os Municípios de Canoas,
90 Fazenda Vila Nova, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires e Vista Gaúcha, pela
91 avaliação daquela Câmara, foi constatado que atendiam os pré-requisitos necessários ao processo de
92 municipalização, sendo então elaborado um relatório que acredito que tenha chegado a todos os
93 Conselheiros para poder observar, fazer comentários no dia de hoje, e a Câmara Técnica dá por
94 concluída a sua etapa de análise. Destacamos ainda que tivemos dois Municípios que também foram
95 avaliados, mas por problemas em algumas complementações de dados não trouxemos a este Plenário,
96 quais sejam os problemas que observamos: a solicitação de uma substituição do Plano-Diretor e da
97 Lei de Diretrizes Urbanas, por uma outra lei do uso do solo que não está elencada na Resolução 04.
98 Então, por isso, dois Municípios não estão nesta listagem que está sendo apresentada neste momento.
99 Ainda em relação ao Plano Ambiental, que é um dos pontos que geralmente geram um maior debate
100 dentro das Câmaras Técnicas e dentro da Comissão da SEMA. Nós observamos, e há comentários
101 elencados no relatório que foi elaborado pela Câmara Técnica, uma necessidade de um prazo de
102 aperfeiçoamento e/ou readequação do Plano Ambiental, pois há algumas lacunas que observamos, tais
103 como, mapas temáticos, algumas informações sobre os Municípios que observamos que alguns planos
104 não contemplavam. A Câmara Técnica sugeriu, obviamente teria que ser aprovado pelo Conselho, um
105 prazo para que os Municípios complementem os planos ambientais apresentados. Cabe destacar que
106 esta Câmara Técnica é presidida pela FAMURS, que é uma das entidades que congrega os Municípios
107 do Estado, e que tem a representante Larita Bergman, que está representando aqui, e se ela quiser
108 fazer uma complementação nessa linha dos procedimentos da Câmara Técnica está aberto. Então,

109 reiterando, a listagem dos Municípios: Canoas, Fazenda Vila Nova, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Sapucaia
110 do Sul, Venâncio Aires e Vista Gaúcha. Era isso. **Sra. Larita Bergman:** Boa tarde a todos. Queria
111 justificar a ausência do Jackson Müller, que é Conselheiro representante da FAMURS junto ao
112 CONSEMA, que não sentiu-se bem no final da manhã, e não pode estar presente, já que ele preside a
113 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. O que ele me passou depois desta reunião, gostaria de
114 fazer um breve comentário complementando o que o Clebes acabou de colocar: a área de
115 planejamento é, na realidade, uma das áreas em que as administrações públicas, e nós, da FAMURS,
116 não só na área de meio ambiente, como nas demais áreas temáticas, temos nos empenhado muito em
117 trabalhar nos gestores municipais para que eles estejam capacitados para intervir com mais
118 objetividade nesta área. Entendemos, e tem sido uma grande dificuldade a questão do plano de gestão
119 ambiental, primeiro, pois na nossa concepção o plano não é um instrumento pronto, acabado. O plano
120 é dinâmico e é fruto de um processo de intervenção onde, na medida em que o Município assume, e,
121 nós estamos partindo da prerrogativa de que esses Municípios que estão pleiteando habilitação, até o
122 presente momento, ainda não estão oficialmente respondendo porque não houve esta deliberação do
123 CONSEMA. A partir deste momento, é que o Município passa a responder no sistema estadual de
124 proteção ambiental, a gestão no nível local. Então, o que se constata é que a maioria dos Municípios
125 não tem ainda, até por falta de informações, até por falta de um apoio técnico e acho que neste
126 momento a relação se estreita com órgão ambiental do Estado, todos os elementos que a gente acha
127 até que deveriam ter em um plano. Mas nós estamos considerando, Clebes, e isso foi discutido na
128 Câmara Técnica, de que se nós dermos um prazo, mas na área da saúde, o Prof. Lewgoy participa do
129 Conselho Estadual da Saúde, temos 495 Municípios com a gestão do SUS e os planos municipais
130 nunca foram impedimento para a habilitação à municipalização. Sempre foi dado um prazo para
131 complementação de documentação e aperfeiçoamento, porque à medida que faz a intervenção vai
132 surgindo maior clareza. De outro lado também os planos precisam não anualmente, mas a cada
133 período de dois ou quatro anos, conforme for a previsão, precisam ser revistos. Então, temos a
134 concepção de que não adianta um Município entregar um plano aqui 100% elaborado, colocá-lo e está
135 resolvido. Nós queremos que o plano seja o mais possível dentro do diagnóstico da realidade, o
136 apontamento das principais prioridades de intervenção e que se tenha clareza de que há um
137 comprometimento do gestor público junto com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, porque o
138 Conselho Municipal vai acompanhar e vai também estar deliberando sobre isso, que a sociedade local
139 possa então, de forma co-responsável, intervindo e atuando na área de gestão ambiental. Era isso que
140 queria colocar em complemento. **Sr. Presidente:** Obrigado. Proponho fazermos uma rodada, junto
141 aos Conselheiros, e antes disso, porém só solicitar à AGAPAN, que pediu vistas ao processo de
142 habilitação da municipalização de Caxias do Sul, tenha uma opinião que pudesse externar aos demais
143 Conselheiros. **Sra. Larita Bergman:** Gostaria de propor uma dinâmica: são oito processos de
144 habilitação. A Câmara Técnica avaliou todos, o relatório está aí, e queria propor que os sete
145 Municípios que não têm nenhuma observação de nenhuma entidade, que a gente já pudesse estar
146 apreciando esses sete Municípios, para então posteriormente deixar Caxias para uma discussão
147 específica, para delinear exatamente e queria sugerir que se votasse os sete e depois se apreciasse
148 Caxias do Sul. **Sr. Flávio Lewgoy:** A coisa é bem mais simples. A Conselheira da AGAPAN, nossa
149 Presidente, vai entregar um ofício que vai resolver rapidamente este problema. E não vai ser
150 necessário muito debate. **Sr. Presidente:** A Mesa tem um entendimento, apenas solicitou o
151 pronunciamento da AGAPAN para que nós pudéssemos depois tratar o tema neste ponto. Acho que
152 não há prejuízo e que primeiro, a gente possa encaminhar os sete Municípios que foram aqui relatados
153 pelo Clebes Pinheiro e depois, então, neste mesmo ponto, encaminhamos tanto a leitura do documento
154 que a AGAPAN fez sobre o processo de Caxias do Sul e tratamos em separado. Consulto aos
155 Conselheiros: temos acordo com esta formulação? Certo? Então, sobre os sete Municípios aqui
156 apresentados: algum questionamento, algum pedido de pronunciamento dos Conselheiros sobre este
157 tema? **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** O caso do Município de Santa Cruz do Sul, só uma
158 observação, acho que não é impeditivo para se dar uma habilitação, mas gostaria de uma informação
159 do pessoal da Câmara Técnica. Como eles vêem a questão da fiscalização do Município, a quantidade
160 de profissionais habilitados para proceder a fiscalização em função do tamanho do Município. No
161 caso de Santa Cruz do Sul vemos que há um servidor e um coordenador de fiscalização. Então, na
162 visão da Câmara Técnica é suficiente isso para proceder o trabalho de fiscalização em um Município
163 do tamanho de Santa Cruz do Sul, que não é um Município pequeno, tendo em vista que há lá no item

164 “c” diversos profissionais, diversos técnicos, porém, apenas dois deles, talvez, estejam habilitados a
165 fazer a fiscalização. E aí estou perguntando para o Município de Santa Cruz, mas serve para outros
166 Municípios também, para saber se vocês têm algum parâmetro, por exemplo, Municípios pequenos,
167 pelo menos ter um servidor, Municípios maiores tantos servidores, se há ou não este parâmetro de
168 proporcionalidade. **Sr. Clebes Pinheiro:** O que a Câmara Técnica discute em relação a este ponto,
169 são dois aspectos: um deles, a Câmara Técnica não tem ingerência de bloquear, de limitar o
170 procedimento, uma vez que o Município cumpre a 04, e a 04 não especifica um número “x” de fiscais
171 e nem relaciona isso com o número de habitantes ou atividades a serem licenciadas. Então, a Câmara
172 Técnica não tem essa ingerência. Mas, independente disso, temos tido uma preocupação mais de
173 caráter técnico e quando o processo já chega na Câmara Técnica, tivemos alguns contatos anteriores
174 com o Município, na grande parte das vezes. E isso ocorreu, por exemplo, com Santa Cruz do Sul.
175 Nesses procedimentos se observa que muitas vezes os técnicos, ali listados, não estão listados como
176 fiscais, mas exercem atividades de fiscalização. Eles não se limitam apenas à emissão de laudos,
177 quando o técnico é municipal, e isso é bom frisar, e este é um aspecto importante, que temos
178 destacado nos contatos com os Municípios, a importância de que o servidor seja do quadro, o que não
179 é uma exigência da Resolução 04, mas temos tentado vender o peixe de que o ideal seria que o
180 servidor seja do quadro, mas nem sempre isso é possível pelo limite do Município. Então, Ricardo,
181 reiterando que há a Resolução 04, onde o fiscal tem que ser do quadro, obrigatoriamente, mas também
182 ele tem o suporte dos técnicos municipais. Então, a Câmara Técnica tem dado este tipo de olhar, e
183 procurado aparar as arestas antes do processo chegar na Câmara Técnica. **Sr. Arno Leandro Kayser:**
184 Em relação ao Município de Vista Gaúcha, vê-se aqui a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
185 e o quadro técnico é um agrônomo e um veterinário. E até que tem bastantes fiscais aqui, há três
186 fiscais. E não sei se conversaram com o pessoal desse Município, pois pelo perfil dos dois
187 profissionais, provavelmente eles trabalham na extensão agrícola, e o pessoal da EMATER diz que a
188 pior coisa para um extensionista é trabalhar também como um fiscal de meio ambiente. Não sei se
189 esse pessoal tem dedicação mais exclusiva com a questão do meio ambiente, ou se eles atuam nas
190 duas frentes, pois ficam numa situação, do ponto de vista profissional, um pouco complicada. E vão
191 estar trabalhando em fomento, algumas atividades, e, ao mesmo tempo, vão ter que de repente atuar
192 como fiscais, e é uma situação que pode criar, para o profissional, uma coisa bem complicada. Não sei
193 se conversaram com esse pessoal. Às vezes é bom fazer, planejamento e trabalho, mas normalmente
194 há isso. **Sr. Eugênio Spengler:** É comum em vários Municípios do Estado terem unificado o sistema
195 de fiscalização como um que a fiscalização, principalmente em Municípios pequenos, uma pessoa,
196 duas ou três pessoas que são fiscais possam atender todos os setores. Isso é comum e a lei permite.
197 Então, também não temos como nos opor a este sistema quando é fiscal. Por isso que em alguns
198 Municípios aparecem três, quatro, cinco fiscais, é comum esta questão. Quanto aos profissionais, se
199 nós pegarmos a letra “c” da Resolução 04 vai dizer: “Que o Município tem que ter técnicos
200 responsáveis pelo licenciamento ou à disposição”. Inclusive isso permite, em algumas situações, dúvida
201 interpretação. Em algumas situações, agora já superado, nós tivemos um processo de discussão
202 bastante profundo, que foi enriquecedor, mas interpretação de que o licenciamento pudesse ser
203 terceirizado, o que aí é impeditivo pela lei, pois é atribuição do organismo público. E aí a lei impede,
204 pois a atribuição do licenciamento é específica do setor público. Bom, agora, nada impede que o
205 Município tenha equipes interdisciplinares e intersetoriais. É o caso de Vista Gaúcha. O que o
206 técnico, por exemplo, da Secretaria de Agropecuária está impedido é de analisar um processo de
207 licenciamento que venha de sua própria Secretaria. E aí ele terá que contratar alguém para fazer o
208 parecer técnico sobre isso. Ele não pode fazer análise, por uma questão ética, até. Agora, não temos,
209 pela própria Resolução 04, como impedir a habilitação. Por outro lado, nós incentivamos a criação de
210 equipes intersetoriais e interdisciplinares porque o processo de descentralização e de gestão
211 compartilhada tem que ser visto como gestão e o licenciamento e a fiscalização são dois itens do
212 processo de gestão. Então, é esta a compreensão da Câmara Técnica. **Sr. Flávio Lewgoy:** Tinha um
213 questionamento para a Câmara Técnica. Notei aqui que todos esses Municípios que apresentaram pré-
214 requisitos dentro daquilo que é solicitado na Resolução 04, a Comissão entendeu, claro que dentro
215 daquilo que é legal, por bem encaminhar a sua aprovação aqui ao nosso Plenário. Mas, na maioria dos
216 casos há um “no entanto”. E o que é este “no entanto”? “No entanto, constatamos - e esse é o caso de
217 Venâncio Aires - , a necessidade de complementação de dados do que refere-se a descrição do meio
218 físico e biótipo e quanto aos planos de ações que serão desenvolvidos pela Prefeitura”. Outros

219 Municípios, a maioria até, é a mesma coisa. Por exemplo: Sapucaia do Sul: “No entanto, constatamos
220 a necessidade de complementação de dados no que refere-se à descrição do meio físico”, quer dizer,
221 aquilo que realmente era para ir a fundo, o que requeria uma avaliação grande, criteriosa não foi feita.
222 Foram satisfeitas exigências burocráticas. Que é muito fácil fazer uma Secretaria, nomear servidor,
223 isso tudo é cartorial. Mas, aquilo que demanda estudo, pelo que a própria Comissão está dizendo, não
224 foi feito. Mas a Comissão não considerou que isso fosse importante. **Sr. Eugênio Spengler:** Há duas
225 questões importantes: primeiro, é um pouco do que foi colocado pelo Clebes, na apresentação, e a
226 própria Larita reforçou isso. E isso se refere basicamente ou exclusivamente ao item “plano
227 ambiental”. Pode ver que em todas essas observações são feitas no item “plano ambiental”.
228 Entendemos que o plano ambiental já foi discutido neste Conselho, e, na verdade, quando iniciamos o
229 processo de habilitação esta discussão foi pautada no Conselho e o Conselho teve esse entendimento
230 também, quando habilitamos o Município de Dois Irmãos, o primeiro Município habilitado, e depois
231 voltou com muita força esta discussão na habilitação do Município de Pelotas, e o Conselho teve esse
232 entendimento; e por isso a Câmara Técnica adotou este critério para todos os Municípios de que a
233 construção do plano ambiental é processo. O que verificamos hoje é que os Municípios não dispõem
234 de equipes para fazer a gestão ambiental. Estas equipes estão sendo constituídas à medida que o
235 Município passa a licenciar com a argumentação de Lei de Responsabilidade Fiscal, uma série de
236 argumentos que são reais, e podemos até discordar da forma de aplicação, mas elas são reais, e
237 amarram um pouco a ação dos Prefeitos, e aí o nosso entendimento é fundamentalmente de que nós
238 não devemos impedir o processo de organização do Município e aí a proposta apresentada por esse
239 Conselho na reunião passada de que os Municípios tenham um prazo para apresentar a
240 complementação desta documentação. E a Câmara Técnica discutiu e está propondo que a partir da
241 habilitação deles junto ao Conselho, eles tenham seis meses para apresentar esta documentação
242 complementar. A não apresentação, a própria Resolução 04 já prevê a desabilitação. Então, é esse o
243 entendimento enquanto um processo de construção do SISEPRA e das estruturas todas do Município
244 que permitem o funcionamento da gestão ambiental. **Sr. Flávio Lewgoy:** Então, um prazo de seis
245 meses? **Sr. Eugênio Spengler:** A proposta da Câmara Técnica é de seis meses. **Sr. Flávio Lewgoy:**
246 Aqui não figura. **Sr. Clebes Pinheiro:** Para complementar, o que fizemos não é apenas cartorial o
247 trabalho da Câmara Técnica, tanto é que nós conseguimos identificar estes pontos nevrálgicos, tais
248 como meio físico, meio biótipo, mapas temáticos, lemos os planos, e tentamos incutir, colocar nestes
249 adendos para o Conselho que ele remeta isso para os Municípios essa necessidade. Então, não apenas
250 se faz uma análise estritamente documental, mas sim procuramos fazer uma análise técnica por um
251 dos membros que faz lá, e nós, da FEPAM e SEMA, idem. **Sr. Presidente:** Mais algum
252 esclarecimento senhores Conselheiros sobre este ponto? Então, proporia fazer-se uma votação formal
253 e eu cito um por um dos Municípios que votaríamos a sua habilitação. Vamos aprovar nesse ponto a
254 habilitação do Município Fazenda Vila Nova, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Sapucaia do Sul,
255 Canoas, Vista Gaúcha e Ijuí. Em regime de votação, senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras:
256 quem aprova a presente lista de Municípios para habilitação levante a mão: **13 votos;** **Sr. Presidente:**
257 Quem é contrário à habilitação destes Municípios levante a mão: **Nenhum voto contrário.** **Sr.**
258 **Presidente:** Quem se abstém? **Uma abstenção.** Durante os esclarecimentos, foi colocada a questão da
259 necessidade de seis meses para a complementação de informações sobre o plano ambiental. Pergunto
260 aos Conselheiros e Conselheiras: temos acordo com esse tempo para que a Comissão de
261 Municipalização possa requerer tais informações destes Municípios? Ok. Bom, passamos então ao
262 processo de habilitação do Município de Caxias do Sul. Peço a Colega Dolores para que leia o
263 documento formulado pela AGAPAN, salvo se a representante da entidade quiser ler. Então,
264 proponho que a entidade faça a leitura do seu ponto de vista sobre o processo e depois abrimos para
265 uma rodada de esclarecimentos e formulações sobre este ponto. Com a palavra a Conselheira Edi.
266 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Nós analisamos o processo de licenciamento ambiental de impacto de
267 atividade local do Município de Caxias do Sul e verificamos que ele se enquadra dentro das normas
268 legais para proceder o licenciamento ambiental de atividades de impacto ambiental. Não achamos
269 nenhuma irregularidade em relação a questão legal do Município de Caxias do Sul de proceder o
270 licenciamento ambiental, pois segundo os documentos que estavam no processo, ele atende
271 perfeitamente aos requisitos da lei. Gostaria só de colocar aqui que recebemos também, via *e-mail*,
272 uma correspondência do Secretário Municipal de Caxias do Sul, fazendo um apelo ao Conselho,

273 enfim, e os demais Conselheiros devem ter recebido também essa correspondência, solicitando do
274 porquê o Município de Caxias do Sul tem condições de ser habilitado para tal atividade de
275 licenciamento. Só colocar isso. Não anexe antes ao processo, conforme falei anteriormente, pois
276 geralmente trabalhamos com processos que são numerados. E como esse processo de Caxias do Sul, e
277 não sei se todos são assim, não tinha numeração, não tinha uma ordem numérica, resolvemos não
278 colocar em anexo, pois entregamos na segunda-feira o processo. **Sr. Presidente:** Feita a leitura e a
279 posição da AGAPAN sobre este ponto, abro ao Conselho, para quem quiser se pronunciar sobre este
280 assunto. Em não havendo nenhum pedido de esclarecimento ou de pronunciamento sobre este ponto,
281 coloco em votação o processo de habilitação do Município de Caxias do Sul. Da mesma forma que
282 encaminhamos anteriormente. Dos Conselheiros e Conselheiras presentes, quem concorda com a
283 habilitação do Município de Caxias do Sul levante a mão: *15 votos*. **Sr. Presidente:** Quem vota
284 contrário à habilitação do Município de Caxias do Sul levante a mão: *Não há nenhum voto contrário*.
285 **Sr. Presidente:** Quem se abstem? *01 voto*. **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva:** Tem que registrar
286 que havia duas pessoas ausentes na primeira votação. **Sr. Presidente:** Vamos registrar na Ata o
287 pedido do Conselheiro para que no ponto anterior havia dois Conselheiros fora do Plenário, portanto,
288 há uma diferença entre um *quorum* e outro. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Sr. Presidente. Pediria a palavra só
289 para registrar e apresentar aos Srs. Conselheiros parte da equipe que vai trabalhar com o
290 licenciamento ambiental em Caxias do Sul e que veio especialmente para acompanhar esta votação.
291 Gostaria de apresentar para vocês o Cláudio Dilda, que é assessor técnico da Secretaria, já trabalha
292 conosco há bastante tempo; o biólogo Sergio Araújo, que também trabalha conosco há algum tempo; a
293 engenheira química Josiane Nunes e o geólogo Cesar Camate. E ao mesmo tempo, então, agradecer a
294 aprovação e dizer que nós estamos buscando assumir este trabalho com muita responsabilidade e
295 tomamos a iniciativa de encaminhar um *e-mail* a cada um dos Conselheiros e gostaríamos muito que
296 os Conselheiros nos dessem a honra da visita em Caxias do Sul e apreciar o trabalho que estamos
297 desenvolvendo. Na questão ambiental seriam muito bem-vindos. Nós, inclusive, gostaríamos de
298 registrar, Sr. Presidente, que na questão do plano ambiental, estamos trabalhando no mesmo rumo da
299 orientação que o CONSEMA está dando, tanto que estamos trabalhando para a Semana do Meio
300 Ambiente de junho, toda uma discussão da II Conferência Ambiental Municipal de Caxias do Sul para
301 rediscutir e aperfeiçoar o nosso plano ambiental. Obrigado. **Sr. Flávio Lewgoy:** Gostaria de um
302 esclarecimento direto do Sr. Secretário Municipal do Meio Ambiente de Caxias do Sul. Nada contra a
303 aprovação, votei a favor, não tenho motivo, mas é uma curiosidade: nós temos aqui equipe técnica
304 bem diversificada, o que é ótimo, composta de 70 membros, o que não sei se a FEPAM tem. Claro,
305 Caxias do Sul é um Município bem rico. Mas, ao mesmo tempo, dois servidores, e me disseram
306 depois que são cinco, mas aí temos uma proporção de quatorze para um, ou seja, quatorze caciques
307 para um índio. É um pouco interessante isso. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Quando nos foi solicitado pela
308 Comissão Técnica o quadro técnico que colocamos lá, trabalhamos com a idéia de equipe
309 multidisciplinar também. Temos um quadro mínimo, já em nível da Secretaria do Meio Ambiente, e
310 esses que eu apresentei para vocês todos trabalham na Secretaria. Temos atualmente já cinco fiscais
311 na Secretaria do Meio Ambiente. Temos em torno de trinta fiscais na área de posturas na Secretaria de
312 Desenvolvimento Urbano. Temos dez fiscais na área de vigilância sanitária, na Secretaria da Saúde.
313 Portanto, a idéia que nós trabalhamos é sempre a idéia de equipe multidisciplinar. **Sr. Flávio**
314 **Lewgoy:** Só que não consta aqui. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Pois não, vamos ter os seis meses para
315 agregar esta informação. **Sr. Flávio Lewgoy:** Está certo. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Muito obrigado. **Sra.**
316 **Edi Xavier Fonseca:** Posso fazer uma colocação? Não tinha visto que o Secretário do Meio
317 Ambiente de Caxias do Sul estava aí, até quando citei o nome dele, citei o ofício, e gostaria de colocar
318 o seguinte: o movimento ambientalista tem cinco representantes no CONSEMA, que são eleitos via
319 APEDEMA, que é a instância máxima do movimento ambiental gaúcho. E em função das graves
320 acusações que o senhor fez a um representante nosso da ALGA, nós, enquanto APEDEMA, vamos
321 estar encaminhando ao Prefeito de Caxias do Sul uma solicitação de veracidade do que o senhor falou
322 aqui na última reunião do CONSEMA. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Fico satisfeito. **Sra. Edi Xavier**
323 **Fonseca:** Pois isso é tão preocupante para nós quanto deve ser para os Conselheiros do CONSEMA.
324 **Sr. Presidente:** Um registro: vamos considerar que a Mesa acabou não apresentando o Secretário
325 Frizzo, e houve um lapso da nossa parte, e os Conselheiros estão fazendo algumas falas sobre este
326 ponto, e vamos registrar que este ponto já é matéria vencida. E só vamos recolher as informações do

327 Conselheiro Arno e passamos para o segundo ponto de pauta. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Foi
328 solicitado à minha pessoa que encaminhasse uma correspondência da Federação das Associações
329 Ambientalistas de Caxias do Sul, que teve uma reunião no dia 12 de março, na sua sede do Sindicato
330 dos Servidores Municipais, onde decide que a ALGA está legitimada por todas as oito entidades aqui
331 representadas para manifestar-se perante o CONSEMA, refutando toda e qualquer agressão a
332 membros ou simpatizantes das entidades de Caxias do Sul. Nessa solicitação eles também requeriam
333 vista do processo de habilitação do Município de Caxias do Sul para o licenciamento de atividade de
334 impacto ambiental local. São as signatários: ALGA, ECOVILA, Rainha da Floresta, Projeto Rota
335 Verde do Sol, Girassol, GRUMA, Tramontana, Associação dos Amigos do Arroio Ouro e solicita
336 também cópia da Ata da 41ª Reunião Ordinária do CONSEMA e cópia das fitas da referida reunião.
337 Estou encaminhando esta correspondência, na medida que a ALGA não está oficializada, que ela seria
338 a portadora, para que fique registrado na Ata desta reunião esta manifestação. **Sr. Presidente:** Ok,
339 Conselheiro Arno. Com a palavra a Conselheira Kathia. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**
340 Só queria dizer que nós, dos Amigos da Terra, provavelmente as outras ONGs, não consideramos esse
341 assunto vencido. E as acusações feitas aqui na reunião passada foram bastante graves e foram feitas
342 por pessoas que não são membros do CONSEMA. Eu, pessoalmente, acompanho reuniões do
343 CONSEMA há muitos anos, e nunca tinha visto isso acontecer. E para nós, dos Amigos da Terra, isso
344 não é um assunto vencido. A AGAPAN está tomando algumas iniciativas, que nós apoiamos, e
345 esperamos que este tipo de atitude não se repita, que a Presidência do CONSEMA, a Presidência da
346 Mesa não permita mais esse tipo de atitude. Isso é o mínimo que se espera. Pois que eu lembre, foi a
347 primeira vez que este tipo de desrespeito aconteceu com um membro do CONSEMA. Se houver
348 qualquer restrição a alguma ONG, sugeriria as pessoas e instituições que formalizassem isso à
349 APEDEMA, ou por meio de qualquer outra ONG que faça parte do movimento ambiental gaúcho.
350 Temos um encontro estadual, pois, nós também não temos interesse em ter, dentro do CONSEMA, ou
351 em qualquer fórum, INGS. Agora, com certeza, este não é o local para se levantar isso. **Sr.**
352 **Presidente:** Um esclarecimento, Conselheira Kathia. Quando a Mesa referiu que o ponto era matéria
353 vencida, referi-me tão somente à votação da habilitação do Município de Caxias do Sul. As demais
354 considerações, que aqui foram apresentadas, ora pelo Conselheiro Arno, no que tange ao nosso futuro
355 Conselheiro, a entidade ALGA, bem como o registro quanto a boa educação, a civilidade no
356 trato, quando a isso, parece-me que na reunião passada o próprio Secretário Langone já havia referido,
357 da necessidade de manter esta boa relação, a cordialidade, e antes de que possamos ter qualquer
358 leitura ou interpretação diferente sobre um mesmo assunto, quanto a isso está assegurado, e apenas a
359 Mesa fez o registro disso e recolheu as impressões, as falas de cada um dos Conselheiros sobre este
360 ponto para que constasse em Ata. Feito este esclarecimento, passamos ao segundo ponto: **2 –**
361 **Situação da desafetação da área junto ao Jardim Botânico – Vila Juliano Moreira.** Este ponto
362 será apresentado pelo Diretor-Presidente da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, o Colega
363 Eleutério Lopes. **Sr. Eleutério Lopes:** Boa tarde a todos os nossos amigos, companheiros aqui do
364 nosso CONSEMA. Meu nome é Eleutério Lopes. Assumimos a Direção da Fundação Zoobotânica do
365 Estado no dia 11-10-2001, e antes de falar da Juliano Moreira, um rápido esclarecimento para vocês
366 se localizarem. Nós, na FZB, temos a responsabilidade pelo Parque Zoológico de Sapucaia do Sul,
367 pelo Jardim Botânico, aqui em Porto Alegre, o Museu de Ciências Naturais, o Centro de Interpretação
368 Ambiental da Ilha da Casa da Pólvora, cuja inauguração está prevista para a metade do ano, e está em
369 funcionamento a recuperação dos prédios. E agora também recentemente desapropriado o Parque
370 Paleontológico em Candelária do Sul, numa área de 172 ha, cuja desapropriação efetiva já ocorreu em
371 50% deste espaço. Vamos fazer uma cronologia dos fatos que envolvem lá a Juliano Moreira. Essa
372 história começou em 1928 quando o Estado adquiriu esta área, e prestem atenção no tamanho desta
373 área e no que estamos hoje. Naquela região, objetivando instalar esta colônia agrícola, formada por
374 usuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro e da Colônia Penal Agrícola de Charqueadas. Depois, em
375 40 ocorreu a transferência de 120 pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, unidade essa chamada
376 de “Juliano Moreira”, cujo prédio ainda existe lá no centro, e depois vamos chegar lá, desse espaço
377 físico hoje usado pela Secretaria Municipal da Saúde, já em fase de retirada lá de dentro. Em parte da
378 área foi instalada a Colônia Juliano Moreira, composta por funcionários, desativada a unidade, os
379 funcionários aposentados permaneceram consolidando-se esse núcleo habitacional. E isso já em 1940.
380 Em 45, o Beco do Olaria, hoje a Salvador França, e o Beco do Salso, que é a Cristiano Fischer, passou

381 a chamar-se Vila Russa, mais tarde Vila São Luiz, e atualmente é o nome que toma aquela região do
382 bairro todo, chamado Jardim Botânico. Em 53, essa lei estadual autoriza o Executivo a alienar esta
383 área determinando que fosse preservada a área não inferior a 50 ha para a instalação de um parque de
384 recreio ou um Jardim Botânico para Porto Alegre. Em 58, o Jardim Botânico de Porto Alegre é aberto
385 ao público. E em 60 o Estado começa a desativar parte das área, e aí hoje, para vocês terem uma idéia,
386 o Hospital São Lucas da PUC ficou dentro daquela área. A ESEF, do outro lado da Salvador França
387 ficou dentro desta área; o Círculo Militar ficou dentro desta área; o 8º Instituto de Meteorologia, o
388 Clube Farrapos e aquele Clube de Surdos e Mudos que tem lá na esquina da sinaleira com a Tibiriçá.
389 Em 62, o Estado cedeu o restante da área, os 43 ha, para a criação da Fundação Zoobotânica, sendo
390 que a Fundação Zoobotânica, em verdade, não foi criada em 62. Estamos comemorando 30 anos este
391 ano. A Fundação Zoobotânica é de 72. O Estado autorizou em 62, e só em 72 é que foi criada
392 realmente a Fundação Zoobotânica como uma fundação de direito privado, algumas pessoas
393 confundem, pensam que ela é de direito público, e com o objetivo de manter e administrar as áreas
394 destinadas à proteção, preservação da flora, fauna e outros recursos naturais e manter estas coleções
395 de plantas e animais, que hoje cabe mais ao museu, proporcionando condições para estudos e
396 pesquisas. Em 74, um decreto governamental identifica estes limites do imóvel, que passa a ser Jardim
397 Botânico englobando a denominada Vila Juliano Moreira, existente então desde 28, quando começou
398 esta história toda. Em 80, outra área do Botânico passou a ser utilizada pela Secretaria da Saúde, que
399 instalou laboratórios e pavilhões do Departamento de Meio Ambiente, que atualmente é utilizado pela
400 FEPAM. Isso é bem na área daquela esquina da Salvador França com a esquina da sinaleira da
401 Tibiriçá. É uma área ao redor de 2,5 ha, 3 ha. E, aí cabe uma observação: o Governo do Estado, no
402 final do ano passado, conseguiu junto à Secretaria de Segurança do Estado, uma área para onde está
403 sendo removido este laboratório da FEPAM, que hoje funciona dentro desta área toda do Jardim
404 Botânico. O projeto deverá estar concluído até final do mês pela FEPAM, para começar o trabalho de
405 obras para a retirada desse espaço, também usado lá dentro do Jardim Botânico. Em 94, houve uma
406 tentativa de regular esta situação da vila e ocorreu uma ação direta de inconstitucionalidade visando,
407 então, sustar esse desmembramento desta área do Jardim Botânico. Porque foi focado o art. 259 da
408 Constituição Estadual, e posteriormente essa história toda parou, até que em 99 foi iniciado um novo
409 processo para regularizar este impasse fundiário que perdura há décadas. Em 2001, no final do ano
410 passado, a Assembléia Legislativa votou um projeto de lei do Governo do Estado, que depois vamos
411 entrar em um detalhamento maior dele, aprovado com um voto apenas contra, se não me falha a
412 memória, dando esta redação para estes dois artigos: “Autorizando a Fundação Zoobotânica do Estado
413 a doar esta área de terras desafetada e desmembrada do todo maior ao Estado do Rio Grande do Sul”.
414 Porque até então consta como patrimônio da Fundação. “Fica o Poder Executivo autorizado a receber
415 a fração de terras descrita no art. 1º desta lei e transferir as famílias ocupantes da Vila Juliano
416 Moreira, cadastradas na Secretaria Especial de Habitação, com o objetivo de promover a
417 regularização fundiária das áreas mediante preenchimento dos seguintes requisitos”. Que área é esta
418 ocupada lá pelo pessoal? Ela diz respeito a 4,09 ha e vai ficar agora em 1, 87 ha. Ou seja, mais da
419 metade da área será devolvida ou reincorporada ao atual Jardim Botânico. Nós vamos depois entrar
420 num detalhamento maior do projeto e de como está a questão toda. Sem seguir uma lógica, uma
421 seqüência normal, vou mostrar umas lâminas do que recebemos ali. Uns chamam de “contêineres” ou
422 caçamba. Saíram dezoito caçambas de lixo, tiramos agora em janeiro. E ali estão vendo fogão,
423 refrigerador, sofá-cama, e o interessante que isso era uma cerca de divisa feita desta forma e não só do
424 pessoal da Juliano Moreira, mas principalmente daqueles blocos de edifícios que há na Cristiano
425 Fischer e na Tibiriçá, que há os núcleos habitacionais que o pessoal tem o hábito de que não quer
426 mais o exaustor da cozinha e atira lá para dentro do Jardim Botânico e assim nós recolhemos agora
427 dezoito caçambas dessas aí em lixos, nesse estágio que estão vendo. Esta lâmina é interessante, vendo
428 debaixo para cima: atrás deste muro fica esta casa de passagem da Juliano Moreira, que ainda
429 funciona com a Secretaria Municipal da Saúde. Esse muro tinha lixo até o teto, em cima, e ainda
430 aparecem alguns sacos pretos que foi catado todo o lixo ali, e o pessoal jogava o lixo todo para o lado
431 de cá, até a altura de cima. E podem ver que não há mais nada ali, foi limpo. Esta é outra pérola que a
432 gente encontrou: esse é uma cisterna da antiga casa de passagem. E vocês vêem mais ou menos
433 metade da cisterna. E aqui ali embaixo, tudo é água parada, e tinha ao redor de um metro de água
434 parada ali dentro. E não precisa dizer o que estava acontecendo ali. E o risco disso, dentro do Jardim
435 Botânico, com crianças tendo aulas lá dentro de educação ambiental, saindo, caminhando, lá na divisa

436 com a Juliano Moreira. Não dava para chegar 50 metros perto, pois havia até animais em putrefação
437 na volta. Esse paredão aqui abrimos com apoio da FEPAM para o lado de lá, pois há um caimento do
438 terreno e se esgotou esta água aí. A idéia é fazer um ambiente aí dentro com plantas de sombra. Mas
439 tivemos que esgotar. E do lado disso aí, não tenho a lâmina, mas vou mostrar aqui para vocês, de
440 ficava essa cisterna do lado da fossa da casa de passagem desse anexo do Hospital São Pedro. Esta
441 foto é do lado disso aí, é a fossa quase do tamanho desse espaço, foi quebrada a tampa da fossa e
442 servia de depósito de lixo. Também saindo em uma confusão, e já fui três vezes lá, e dois esgotos à
443 céu aberto que corriam para dentro do Jardim Botânico; um saindo do Círculo Militar, que a gente
444 conseguiu fechar no mesmo dia. E o outro saindo, dessa casa de passagem, que era da própria
445 Secretaria de Estado, e parte do esgoto de casas da Vila Juliano Moreira, e aqui vêem um pouco do
446 esgoto saindo dentro do Jardim Botânico que está sendo fechado esta semana. A gente conseguiu
447 interromper, pois estava à céu aberto, uma coisa totalmente incompatível, que tínhamos assim como
448 uso do Jardim Botânico, e já houve gente que já foi Diretor do Jardim Botânico que não conhecia
449 aquela cisterna ali, gente que já está quase se aposentando lá dentro. Conversei com uma pessoa, e sei,
450 pois esta pessoa se formou comigo, e eu comentando a respeito, e ela não conhecia isso, e trabalha lá
451 dentro, está aposentando-se, e foi diretora. Isso aqui é o que a gente está fazendo lá agora: abrindo
452 algumas trilhas para que a gente possa caminhar e incorporar esta outra parte ao Jardim Botânico,
453 porque as pessoas se acostumaram só àquela periferia do prédio onde funciona a sede da Fundação.
454 Não havia mais condições de acesso, ninguém se atrevia a entrar aí para dentro e aquela senhora lá é a
455 chefe da vigilância, é melhor do que muitos homens juntos lá dentro, ela põe respeito dentro daquela
456 área, a Rosália, servidora antiga nossa. Isso são escadas antigas que havia, e que estavam lá jogadas
457 no meio do mato que ninguém conseguia passar por ali, nem apareciam, e a gente está resgatando isso
458 e quer reincorporar. Tudo isso é na área contígua à divisa com a Juliano Moreira. Hoje a Secretaria de
459 Habitação do Estado está com um projeto em cima dessa área de 1,8 ha, devolvendo ao Jardim
460 Botânico 2 ha e alguma coisa, e o projeto está aqui, uma planta reduzida. Os lotes todos serão
461 padronizados, de cento e poucos metros quadrados, e as pessoas que moram nesta vila, até pela
462 origem, já teve gente que nasceu lá, morreu lá, eles têm uma identificação grande com o Jardim
463 Botânico. E a gente consegue fazer um trabalho de educação ambiental com eles e com os filhos deles
464 dentro da nossa escolinha ambiental que foi toda reformada agora, um espaço como este aqui, um
465 pouco maior, o dobro. E eles têm um comprometimento conosco na questão de vigilância. Pela área,
466 que está localizada dentro de Porto Alegre, temos sido alvos de muitos saques: bromélias são
467 roubadas para depois vender em briques, praças, o nosso orquidário mesmo fechado, as telas foram
468 arrombadas, então, temos esse pessoal da vila como parceiro nosso na preservação lá dentro,
469 trabalhando como vigias. Um dos problemas que está havendo para o início desse projeto de
470 regularização é a identificação, e nós começamos esta semana a fazer o inventário florestal do que tem
471 na Vila Juliano Moreira, pois para fazer este projeto, para colocar estas casas, algumas árvores lá da
472 área onde está a vila precisam sair. Então, precisamos saber que árvores são essas e o que tem lá. E
473 esse levantamento que foi feito, apontando 96 árvores, temos que reformular todo o projeto, se for o
474 caso, por exemplo, de nos depararmos com espécies nativas, figueiras, coisas assim. A informação
475 inicial que temos é que são cinamomos, eucaliptos antigos, já daqueles grandes, e que as pessoas até
476 estão morando embaixo daqueles eucaliptos, alguma coisa até caiu agora no último temporal forte que
477 deu em Porto Alegre, que pegou com granizo naquela faixa ali. Então, este levantamento, esse
478 inventário florestal da área ocupada está sendo com todo o detalhamento para que a gente possa
479 verificar se vai dar ou não para fazer este projeto, pois dependendo do que localizarmos aqui, vamos
480 ter que traçar algum outro cenário diferente e partir para uma outra rediscussão deste projeto aqui.
481 Oficialmente, a área ainda não foi passada para o Estado do Rio Grande do Sul pois a lei foi assinada
482 no dia 18-12-2001. Quem deve fazer todo esse trâmite burocrático de passar esta área para o Estado
483 do Rio Grande do Sul é a Procuradoria-Geral do Estado que é quem defende esse interesse do Estado.
484 Então, com certeza, a Procuradoria-Geral do Estado está tomando as providências de passar esta área
485 para o Estado e cabe à Secretaria de Habitação tomar estas providências. Essa área toda não tem,
486 obviamente, nenhuma estrutura de saneamento, não tem esgoto nenhum, não tem água de forma
487 regularizada, uma anarquia completa. Nesta semana agora que passou, que está terminando, hoje é
488 sexta, a Secretaria de Habitação teria uma reunião com a Caixa Econômica Federal para tentar
489 recursos para começar a implementar este projeto, que mostrei para vocês, em módulos. Inicialmente,
490 está previsto, para o ano que vem, apenas um módulo que ocuparia uns 30% da área essa do núcleo

491 previsto para regularizar esta história. Se nós não conseguirmos pela Caixa Econômica Federal vamos
492 tentar, pelo menos na questão do saneamento, junto ao Pró-Guaíba, no Módulo II, pois neste módulo
493 que tinha sido previsto já foi. Então, para o Módulo II esperamos conseguir algum recurso do
494 Programa Pró-Guaíba, pelo menos para as questões ligadas a saneamento. E para terem uma idéia do
495 tamanho do problema que a gente tem: este aqui é um problema, com esta característica, dentro do
496 Jardim Botânico. Mas, para a Fundação Zoobotânica temos problemas que ocupam áreas bem maiores
497 do que essas, mais graves, no Parque Zoológico de Sapucaia, que é um problema que estamos nos
498 debruçando, tirando gente de lá. Esta semana conseguimos vitórias na Justiça, conseguimos tirar
499 invasores lá de dentro, mesmo assim há verdadeiros “bairros” dentro do Zoológico, mas olha a
500 estrutura toda que estamos trabalhando. Além dos quase 700 ha do Zoológico, recebemos agora ao
501 redor de 500 ha de um Horto Florestal entre São Leopoldo e Sapucaia, que encosta praticamente no
502 Zoológico, também para a nossa responsabilidade, onde a gente está fazendo obras de infra-estrutura
503 para controlar, através de convênio com a Brigada Militar, da região que deve instalar-se ali, para nos
504 dar segurança de não haver depredação daquela área também. E agora assumimos, também, este
505 Parque Paleontológico em Candelária do Sul, onde esta semana já vai uma equipe de técnicos para
506 tomar as primeiras providências para que possamos ir lá cravar a nossa bandeira e aprofundar o nosso
507 trabalho, pois é uma área sem qualquer tipo de comentário da importância daquilo para o Estado do
508 Rio Grande do Sul. Vou fazer circular duas plantas: uma é um pouco maior, ampliada, e esta aqui é a
509 outra planta, e pediria que vissem e passassem; esta aqui seria um levantamento prévio da vegetação
510 que está lá, colocada sem a identificação das espécies, e isso que nós queremos saber. A Secretaria de
511 Habitação foi lá, fez esse levantamento, identificou que há 96 árvores de grande porte, mas nós
512 queremos saber todas as árvores que há lá dentro, qual a vegetação que efetivamente existe dentro
513 dessa área, hoje ocupada, e objeto do projeto. Coloco-me à disposição de vocês para os
514 esclarecimentos e contribuições. **Sr. Presidente:** Feita a apresentação pelo Diretor-Presidente
515 Eleutério Lopes, proporia um tempo de 30 minutos para a gente fazer uma conversa sobre este ponto.
516 Proporia falas de 3 minutos, aviso quando faltar 1 minuto. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Tenho algumas
517 colocações que não ficaram claras na tua fala. Uma seria em relação a área, pois a área antes era de
518 4,09 ha e ficou para 1,967. **Sr. Eleutério Lopes:** De 4 para 2. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de
519 saber em relação a quantos moradores de fato foram removidos da Juliano Moreira, se teve alguma
520 remoção de fato, e se teve, quantos foram removidos, para onde essas pessoas foram removidas, pois
521 em princípio ficou que vocês tinham tomado posse de uma área que já era da Fundação, só que estão
522 reorganizando esta área, estão limpando, tudo mais, uma área que não tinham conhecimento que ela
523 existia, digamos assim, pareceu-me na tua fala. Mas, na verdade, não houve deslocamento de
524 ninguém. Isso não ficou claro. **Sr. Presidente:** Proporia responder em bloco. **Sra. Kathia Maria**
525 **Vasconcellos Monteiro:** Não vou fazer nenhum questionamento, apenas colocar a posição dos
526 Amigos da Terra. Entramos com uma representação no Ministério Público, em conjunto com a
527 PANGEA, que o Carneiro está aqui, pedindo a inconstitucionalidade desta lei que foi aprovada na
528 Assembléia Legislativa no ano passado. Não cheguei a conversar com a Dra. Silvia Capelli para saber
529 como está esse pedido de inconstitucionalidade, até porque eu acreditava que ela fosse estar presente
530 hoje, e como voltei de férias há duas semanas, não havia tido tempo também de me informar sobre
531 esta nossa representação. Por que isso? Porque entendemos que o Jardim Botânico é uma unidade de
532 conservação, e que deve ser assim, e que toda a sua área tem que ser utilizada. Se até agora se perdeu
533 área de forma ilegal, se antes tínhamos Jardim Botânico até o Hospital da PUC e hoje não se tem, nós
534 acreditamos que não se deva continuar perdendo. Estamos com esta ação e vamos continuar
535 acompanhando. Outra coisa que quero falar, em nome dos Amigos da Terra, é que acho
536 profundamente preocupante que tanto as autoridades estaduais, no caso o Jardim Botânico, a
537 Fundação Zoobotânica, quanto as autoridades municipais, não tenham providenciado a limpeza dessa
538 área, chegando ao cúmulo do que foi mostrado aqui. Acho inconcebível que o Departamento
539 Municipal de Limpeza Urbana não limpe esta área, ou que a Fundação Zoobotânica, que é a legítima
540 proprietária desta área não providencie a sua limpeza. Se as pessoas não conheciam a cisterna, alguém
541 conhecia, alguém deveria ter pedido essa limpeza. Se aquele lixo estava próximo ao laboratório da
542 FEPAM, isso era um risco para os técnicos da FEPAM que estavam lá. Isso é inadmissível em uma
543 cidade como Porto Alegre, em uma área que é do Estado. E que essa limpeza seja apresentada aqui e é
544 ótimo que ela foi feita. Mas tinha que ter acontecido antes. Não consigo ver como uma coisa boa, uma
545 coisa que está acontecendo com anos de atraso, e para nós é bastante complicado. **Sr. Cristiano**

546 **Machado Silveira:** Fiquei sabendo desse assunto do Jardim Botânico por uma coluna do Políbio
547 Braga na Zero Hora, foi mandada por *e-mail* e o pessoal perguntava a minha opinião, na época, e fui
548 pesquisar um pouco da legislação ambiental, mesmo sem conhecer o problema em si, e fiquei um
549 pouco preocupado, não com a situação em si, que depois de saber de informações das pessoas que
550 trabalham lá no Jardim Botânico, com essa apresentação aqui que o Eleutério fez, ficou para mim
551 bastante elucidada essa situação histórica. Mas queria deter-me é no aspecto da legislação ambiental,
552 e era uma coisa que se poderia ter evitado de chegar a esse ponto, uma ação civil pública, enfim. O
553 fato é que a partir do decreto que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, e o
554 nosso sistema considera o Jardim Botânico uma unidade de conservação, embora o Sistema Nacional
555 de Unidade de Conservação não tenha essa categoria, o nosso Sistema Estadual de Unidade de
556 Conservação, diz que qualquer desafetação ou mudança dentro de uma unidade de conservação deve
557 ser feita com o aval do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Então, a gente está fazendo aqui uma
558 coisa que deveríamos ter feito antes, essa avaliação, e acredito que este Conselho teria sido sensível a
559 todos esses argumentos e acabou sendo surpreendido por um decreto que, bem ou mal, não foi
560 discutido previamente com o conjunto do Conselho que é quem deveria ter dado esse
561 encaminhamento. Então, não estou entrando no mérito de fazer essa desafetação, mas acho que é um
562 precedente que a gente tem que ter muito cuidado, até pelo argumento, pois quando entrei na página
563 da Assembléia Legislativa, havia alguns argumentos para os deputados, e ali me pareceram alguns
564 argumentos como questão social, que a questão ambiental não pode estar sobreposta à questão social,
565 e são algumas coisas que não concordamos, e acho que pode ser um precedente perigoso para outras
566 unidades, em que este problema também está dado, como o Delta do Jacuí ou áreas que podem ser
567 desafetadas para gasodutos, esse tipo de coisa. Então, reforçar o papel do CONSEMA nas decisões de
568 desafetação de área. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Vamos abrir para respostas, para não ficar um
569 bloco muito longo, e a seguir chamamos o Prof. Carneiro e o Prof. Lewgoy. **Sr. Eleutério Lopes:**
570 Vou fazer algumas ponderações. Não houve nenhum deslocamento de família de lá. O que aconteceu,
571 ainda hoje, antes de eu vir para cá, uma senhora que tinha uma casa lá, como se estivesse alugado a
572 casa, e ela entrou numa discussão com essa pessoa que está morando na casa lá dentro da vila. E ela
573 ganhou a ação dessa pessoa e nós estamos entrando com uma ação para que ela saia de lá. Porque uma
574 coisa é quem efetivamente mora ali e outra coisa é este caso identificado, pois ninguém poderia ter
575 uma casa ali com toda esta argumentação, que por exemplo tu viste lá na Assembléia, que tramitou e
576 não é um decreto, é lei, e foi analisada num monte de instituições aí do Estado. Inclusive o Ministério
577 Público, Kathia, deu um parecer favorável, e a gente tem isso aí. Não tenho certeza, mas aquele
578 motivo que originou a ação de inconstitucionalidade de 94, teria sido sanado, que foi exatamente
579 nesta questão da transferência para o Estado do Rio Grande do Sul, que à época, em 94, a Fundação
580 Zoobotânica tentou fazer isso direto com os moradores da vila, essa regularização. E em função deste
581 problema todo da legislação, isso só poderia ser feito passando para o Estado. Estou falando o que os
582 advogados dizem. E nós sabemos da ação de inconstitucionalidade que os Amigos da Terra
583 ingressaram. Estou reencontrando os fundadores da AGAPAN, do tempo do Lutzemberger, o
584 Carneiro ali atrás, do tempo do Quintas, a Ilda. Nenhuma família quis sair de lá, e evidentemente que
585 eles estão em uma área, que isso se arrasta há décadas, e eles não querem sair de lá. Agora, vai haver
586 redução expressiva da área ocupada por eles. E há alguns que ocupam área que ficarão. Mas há gente
587 lá dentro, com 400 metros quadrados, e vai ser reduzido a 125 metros quadrados porque todos os lotes
588 serão padronizados. O art. 259 da Constituição do Estado diz: “As unidades estaduais públicas de
589 conservação são consideradas patrimônio público inalienável, sendo proibida ainda a sua concessão
590 ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou
591 altere as características naturais. Parágrafo único: a lei criará incentivos especiais para a preservação
592 das áreas de interesse ecológico em propriedades privadas”. Isso é bastante polêmico. Primeiro, as leis
593 têm uma hierarquia. A lei das leis no Brasil é a Constituição Federal. E depois há as chamadas leis
594 ordinárias, há o Decreto Lei e a figura na medida provisória, que é um procedimento de imperador, e
595 vivemos numa situação de governabilidade de medidas provisórias e aí o Ministério Público, quando
596 enfocou esta questão, e é isso que está dentro da Assembléia, no *e-mail*, e que prevaleceu pela
597 Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, diz mais ou menos o seguinte: “A
598 Constituição Estadual considerou o direito à moradia também e ao saneamento básico, como
599 condicionantes ao exercício do direito, a qualidade de vida e ao desenvolvimento, colocando-os no
600 mesmo patamar de proteção do direito ao meio ambiente”. Mais uma vez a forma indicada para

601 eliminar o conflito de interesses é através da conjunção das ações do poder público em parceria com a
602 coletividade no campo de sua atuação. O fator mais importante desta norma é o reconhecimento da
603 existência de conflitos e desarmonia entre o uso social e a proteção ambiental de uma mesma área. No
604 caso em questão, a incompatibilidade do uso da área da Vila Juliano Moreira deixará de existir com a
605 diminuição da área ocupada para fins de habitação, com a implementação da infra-estrutura básica
606 (água, coleta de esgotos, coleta e tratamento de resíduos) e com o desenvolvimento de programa de
607 educação ambiental com a comunidade atingida. Através destes atos o poder público estadual deu
608 destinação pública a um bem, de sua propriedade, elevando da categoria dos bens nominais à
609 categoria dos bens de uso comum do povo. A competência para o poder público definir em todas as
610 unidades de Federação, espaços territoriais serem especialmente protegidos, emana do art. 255,
611 parágrafo 2º, da Constituição Federal”. Foi focado aqui principalmente artigos da Constituição
612 Federal procurando conciliar com os artigos da Constituição do Estado. É aquela história: vivemos
613 numa chamada “República Federativa”, mas onde, em verdade, é um faz-de-conta, pois nos Estados as
614 suas leis, as suas constituições, pouco valem pois temos uma centralização do poder ainda na mão do
615 Governo Federal. Com relação ao fato, de que não tivesse sido feito nada lá, não é assim. Na verdade,
616 isso aí é para tu teres idéia do estado em que isso foi entregue. Se tu não provocas à administração
617 pública municipal, o DMLU, a SMAM, para irem lá fazer estas coisas, eles, em princípio, não sabem,
618 pois tínhamos, até bem pouco tempo, a administração municipal com um enfoque e a administração
619 do Estado com outro enfoque. Então, não havia uma participação, vamos supor, assim, do Estado com
620 relação aos problemas. Não levava ao Município isso. Hoje, o fato de nós termos uma administração
621 tanto municipal, quanto estadual, procurando um mesmo objetivo e comprometido com esta questão
622 da política ambiental, nós estamos fazendo um trabalho nessa linha. Agora, muita coisa já feita lá. E
623 isso foi uma questão de honra para mim, quando entrei, sai a caminhar, conhecer tudo aquilo e vi que
624 tinha ainda muito, e muito ainda tem por ser feito lá. E há obras inacabadas dentro do próprio Jardim
625 Botânico, e obras que a gente não sabe do porquê levantaram, e tenho fotos aqui, coisas absurdas,
626 olhem o desperdício do dinheiro, por exemplo, nesta casa, numa travessa que sai do outro lado do
627 Jardim Botânico, quase ninguém conhece isso aqui. E isso foi construído por absolutamente nada,
628 foram roubadas as janelas, as portas, foi torrado dinheiro público e não sei o que fazer com isso agora.
629 Está lá abandonada, e é do outro lado, passando o Círculo Militar. Então, pouca gente, realmente, nem
630 quem foi Diretor lá do Jardim Botânico, sabe o que efetivamente tem lá dentro. A quantidade de
631 dinheiro que foi colocada lá dentro nestas condições. Há prédios abandonados lá dentro, como este
632 aqui que vocês estão vendo. E esse foi com recursos do Pró-Guaíba há seis ou sete anos, e está lá
633 parado. E isso aqui escuro que vocês vêem, não é lá dentro, isso é uma parede de tijolo que a gente
634 teve que fazer, pois as janelas e portas roubaram. E está lá, ninguém sabe o que fazer com isso aqui. E
635 está dentro do Jardim Botânico. Então, todo esse caos de entulho de obra, é uma herança. E não
636 tiramos mais lixo, pois aí tu te deparas com a burocracia da lei. Temos um limite, dentro da Lei das
637 Licitações, para contratar este tipo de serviço sem abrir licitação. Então, fui até onde dava o dinheiro.
638 E eram uns sete ou oito mil reais, e fomos até lá e conseguimos limpar o que deu. Mas nós estamos,
639 sim, fazendo uma parceria. A Secretaria Municipal da Saúde fechou os esgotos desta casa de
640 passagem da Juliano Moreira, a FEPAM foi lá e esgotou toda a água e abriu este paredão desta
641 cisterna com esta água podre, parada lá dentro. A FEPAM mantém um galpão, e numa daquelas
642 escadarias que mostrei, onde há barco e trator da FEPAM guardado lá. E ali eles mantêm um vigia
643 24h/dia controlando uma entrada lateral do Jardim Botânico, pois a gente pensa que a entrada do
644 Jardim Botânico é só aquela da Salvador França, que todo mundo conhece, mas não é. E há a outra lá
645 Cristiano Fischer. E há a outra onde aparece esta casinha que mostrei aqui, e tem essa outra aberta lá
646 para o lado da FEPAM, para o lado da Rua Tibiriçá. Então, é vulnerável. Sem contar que abrem tela, é
647 uma bronca. Mas nós queremos um trabalho diferente com esta questão da Juliano Moreira e estamos
648 preocupados, sim, até proponho que a gente traga aqui ao CONSEMA, a Secretaria de Habitação para
649 verificar como vai se dar a implantação deste projeto habitacional lá dentro, pois nós queremos a
650 preservação de tudo que for espécie nativa que esteja lá dentro. Não queremos nenhum tipo de dano
651 ali, que comprometa o nosso projeto lá dentro. **Sr. Augusto C. Carneiro:** Em primeiro lugar, o
652 interesse demonstrado hoje em discutir essa questão é a primeira vez que se discute num Conselho.
653 Felicitações para quem teve esta iniciativa. Queremos depois o nome do brilhante deputado, que deve
654 receber uma medalha, este que é inimigo da ecologia, e que vamos dar tudo para os pobres, que os
655 pobres estão na frente, e eles destroem a ecologia, comem a ecologia, e depois desaparece tudo e é

656 fácil de morrer todo mundo junto e abraçado. Este deputado é um gênio! Quero reafirmar o nosso
657 ponto de vista das duas ações. A primeira foi a minha entidade que fez em 94. Ganhamos no Tribunal
658 de Justiça integralmente. E depois veio o Poder Legislativa destruir o nosso trabalho. Vocês agiram
659 bem, é uma direção ativa, procurou uma conciliação, mas nós somos contra esta conciliação. Os
660 ocupantes legítimos, em termos de tempo, estão há um bocado de anos lá, e eles devem ser lembrados,
661 e as repartições da Secretaria de Habitação que tomem conta deles, mas que, afinal, venha a Fundação
662 Zoobotânica ficar de posse total daquela área. Infelizmente, algumas áreas já foram dadas para o
663 Hospital da PUC, Círculo Militar e outras barbaridades, principalmente o Círculo Militar. Mas, que
664 num futuro prevaleça o trabalho da minha Colega aqui da DFG. É só, por enquanto. **Sr. Presidente:**
665 Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, anuncio a presença da promotora do Ministério Público
666 Estadual, Silvia Capelli, que está aqui conosco. Seja bem-vinda. **Sr. Flávio Lewgoy:** Ninguém
667 desconhece o problema habitacional de todas as cidades brasileiras, problemas fundiários, do campo,
668 e é uma situação que realmente é diferente, é igual, há elementos comuns, há elementos próprios.
669 Deve haver netos, bisnetos dos primitivos ocupantes, que, com o perdão da palavra, eram presidiários,
670 os chamados “loucos” que eram internados. E as famílias foram vindos. Morreu papai, e vamos lá, e
671 tem o neto, bisneto. É uma situação que só se explica pelo caos administrativo que reinava há algumas
672 décadas. E todo mundo viu a projeção das leis como a área primitiva foi sendo, ao arrepio da lei,
673 mutilada sem este cuidado que estamos tendo agora, de discutir, e que o Conselho realmente examine,
674 com todo o rigor. Mas isso não impede que a gente veja que uma unidade de conservação, quando a
675 cidade tinha duzentos e poucos mil habitantes, nem sei se tinha isso em 1940, e hoje temos um milhão
676 e meio na área urbana, não na Grande Porto Alegre, e este Jardim Botânico, evidentemente, é
677 pequeno, porque as outras unidades de conservação não têm absolutamente as características deste
678 Jardim Botânico. Todo e qualquer metro quadrado é precioso. Então, é preciso encarar o problema e
679 discutir com a Secretaria Municipal de Habitação, discutir com outros órgãos que cuidam do
680 problema, uma coisa dolorosa que é a necessidade de desalojar estas pessoas, que nem sei se já há
681 usucapião, mas acredito que não, não pode ter, é área pública. E está aqui um ex-Procurador Federal,
682 que diz isso. Então, é bom lembrar que somos o Conselho Estadual do Meio Ambiente, e aqui não se
683 trata de órgão habitacional. Estamos aqui para cuidar do meio ambiente, que não tem absolutamente
684 que ver com problemas fundiários. Esses podem ser resolvidos por meio de outros órgãos. E nós já
685 tivemos, em Porto Alegre, situações interessantes: por exemplo, a Vila Planetário, era gente que
686 ganhou de graça lá aquelas casas, uma zona central e ficaram lá com tudo perfeitamente legalizado,
687 estava dentro de um terreno baldio, que era do Estado. Não queremos que isso se repita. E dói o
688 coração a gente ter que dizer isso. Mas, quando se trata de parque, quando se trata de um parque
689 *sui generis*, como é o Jardim Botânico, temos que encarar a realidade como Conselho do Meio
690 Ambiente. Eu acredito que haja lugares onde estas pessoas possa ser realocadas. Era só isso. **Sra.**
691 **Ilda :** Gostaria de lembrar, é o mesmo caso que o Lewgoy falou, foi quando a Vila Caiu do Céu foi
692 retransferida lá para o Morro do Osso. E aquele pessoal vai subindo, e vocês podem ver como vai
693 subindo, e vai desmatar também, é um caso típico que acontece de não preservar o Morro do Osso e
694 sim botaram a Vila Caiu do Céu lá. E essas coisas acontecem. Só isso que queria acrescentar. **Sra.**
695 **Edi Xavier Fonseca:** Além das ações citadas pelos Amigos da Terra em conjunto com a PANGEA,
696 em 94, também tenho em mãos outra solicitação do Ver. Beto Moesch do Município de Porto Alegre,
697 que também entrou com um pedido junto à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do
698 Sul, sendo que um dos argumentos que ele coloca, e isso que gostaria de ressaltar aqui, e isso que
699 queria te perguntar Eleutério, que citaste tanto a lei, e gostaria de ler uma parte que foi colocada como
700 justificativa pelo Ver. Beto Moesch, de Porto Alegre, o seguinte: “As unidades estaduais públicas de
701 conservação são consideradas patrimônio público inalienável, sendo proibido ainda a sua concessão
702 ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou
703 altere as características naturais”. E isso é o SEUC. **Sr. Eleutério Lopes:** Art. 259 da Constituição do
704 Estado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Que está regulamentada a lei por meio do Sistema. Por isso a gente
705 está debatendo tanto a questão, e eu, pelo menos, estou preocupada com a questão habitacional, pois é
706 uma irregularidade em área pública a questão da habitação, e, no caso, da desafetação e dando a
707 possibilidade de utilização destas pessoas por tempo indeterminado, mesmo que tu falaste que vai ser
708 reduzida a área, mas não justifica a habitação em área pública de preservação. **Sr. Leonardo Alvim**
709 **Beroldt da Silva:** Não vou fazer aqui nenhuma consideração que vá de encontro ao que, em tese,

vários companheiros Conselheiros já se manifestaram, ou seja, a defesa intransigente das áreas de preservação. Agora, cabe algumas considerações que precisamos fazer: foi dito aqui, foi relatado pelo companheiro, Presidente da Fundação Zoobotânica, que essa é uma área que vem sendo sistematicamente, ao longo de décadas, reduzida por conta de cedências a outros propósitos. E cabe então nós relembrarmos que propósitos foram esses. Cedência à ordem marista para construir o Hospital São Lucas. Quer dizer, por mais relevantes os serviços que o hospital tem prestado à cidade, à comunidade, era, já na época, uma área de preservação, e foi cedida à ordem marista, que não é uma ordem pobre da Igreja Católica. E não é uma ordem pobre, é quem controla o Banco Ambrosiano do Vaticano. Depois foi cedido para o Círculo Militar, que também não tinha nenhum propósito, e representava a preservação da área. Uma área foi cedida para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a construção de uma Escola Superior de Educação Física. E, não me consta que também isso seja em consonância com o propósito de preservação da área. Então, temos que ter coerência. O Clube Farrapos deve ter vários desmembramentos ali para outros propósitos que não a preservação da área. Temos que agir com coerência. Ou este Conselho se manifesta, mesmo ciente de que legalmente pode não conseguir absolutamente nada, e, ainda é uma questão de direito, não é uma questão legal, mas de mérito, de coerência, sobre todas estas cedências que o Estado fez, com outros propósitos, ou não é justo que a gente fique julgando o mérito da regularização fundiária de uma comunidade que ali já existe. Eu tenho entendimento particular sobre isso. Quer dizer, o direito daquela comunidade sobre um espaço físico, pelo tempo que ela já reside ali, acho que a regularização fundiária traz benefícios, pois isso que o Eleutério falou da busca, temos que considerar também, que as áreas são de preservação permanente, mas temos que considerar que as populações, que as comunidades locais, sejam elas guardiãs destas áreas. Não podemos pensar numa lógica eterna de que há áreas de preservação, que elas são cercadas, isoladas do contato humano, e que o Estado tem que necessariamente ter uma ação de polícia para preservar algumas áreas. Quer dizer, temos que trabalhar numa perspectiva de que a sociedade se conscientize da necessidade das áreas de preservação e ela passe a exercer este papel de guardião. Se nós não apostamos nesta perspectiva, se não acreditamos naquilo que é o nosso discurso permanente de educação ambiental, então o nosso projeto de futuro está fracassado. E não adianta fazermos um discurso de que é importante a educação ambiental, é importante que as pessoas se conscientizem da necessidade de preservação do meio ambiente, de conservação e tal, quando chega na hora do pega-para-capar, as pessoas que estão próximas ou que residem junto à área de preservação, são ameaça iminente àquela área. E, ameaça iminente àquela área foram todas as outras cedências anteriores. Para mim, concretamente, é isso: ameaça iminente àquela área foram todas as mutilações que foram feitas àquela área em tempos anteriores. E temos outros casos no Estado, de situações de ocupação irregular de áreas públicas, e vou usar o exemplo aqui da FEPAGRO, na sua unidade de pesquisa em Eldorado do Sul, que é o Instituto de Pesquisas Veterinárias Lisete Namor, que também tem junto na sua área contígua, uma ocupação irregular e que o Governo do Estado, também junto com a Secretaria de Habitação, fez uma gestão para ver a possibilidade de reduzir a área física do território do Instituto, para regularizar àquela área, inclusive, reduzindo a área que hoje é ocupada e ampliando a possibilidade de ocupação por outras famílias que também estão em outros lugares irregulares, concentrando as famílias naquele local. O Prof. Lewgoy citou o exemplo do Jardim Planetário e também foi citada a questão daquela vila na beira do Guaíba, a Cai-Cai. Ora, o Jardim Planetário estava num terreno baldio. Houve um debate intenso sobre a condição do Jardim Planetário, que era uma favela, e felizmente, do meu ponto de vista, venceu dentro do Governo Municipal, o entendimento de que era direito inalienável daquelas pessoas, que escolheram aquele local para viver, e de ser regularizado e de serem assentadas naquele mesmo local, pois havia entendimento, inclusive de parte da população, principalmente população dos arredores daquela favela, de que aquela gente tinha que ser removida dali, levá-los para a periferia da cidade, onde historicamente é o local apropriado para os pobres, que devem viver na periferia da cidade, enquanto que quem tem poder aquisitivo vive nos melhores lugares da cidade, nas partes mais altas, mais nobres da cidade, então, aquela comunidade, a ela estava reservado o direito de ir para a periferia da cidade, pois com o dinheiro que o poder público vendesse aquela área, a valorização daquela área, teria dinheiro para comprar uma área bem maior na periferia da cidade, portanto, realocar aquelas pessoas. E esse é um projeto fracassado, pois aquelas pessoas, em sua grande maioria, vivem de catação de papel, e elas se instalam justamente próximo ao local onde elas catam o papel, o local onde elas trabalham. E levá-las para fora, para a periferia, é fracassar no projeto, pois

765 elas voltam e vão viver em condições muitos piores, debaixo de pontes, debaixo de árvores, ocupar
766 outras áreas vazias e esse é um projeto fracassado. Então, temos também que começar a repensar e
767 discutir de como é possível, e colocar em prática o nosso discurso, a convivência harmônica de seres
768 humanos, de comunidades humanas conviverem de forma harmoniosa com o meio ambiente. **Sr.**
769 **Presidente:** Durante a fala do Conselheiro Leonardo se inscreveram a Conselheira Mara, o Cristiano,
770 A Dra. Silvia Capelli e o Conselheiro Arno. **Sra. Mara Sasso:** Gostaria de fazer algumas
771 considerações com relação a questão em tela, no momento. A Vila Juliano Moreira, até onde temos o
772 relato, que trata-se de uma área dentro de uma unidade de conservação, é verdade, mas é uma área
773 degradada. Então, é uma área onde o poder público, por meio da Fundação Zoobotânica, está tentando
774 resgatar. E é todo um processo de reconquista desta área e nesse processo de reconquista, por aquilo
775 que foi colocado aqui, há em torno de 2 ha que serão integrados ao Jardim Botânico, e fazer parte do
776 acervo. E há aproximadamente em torno de 2 ha que vão reconstituir todo aquele espaço dessas
777 pessoas que ocupam, e não cabe a nós, neste momento, ver se é legal ou ilegalmente, mas que hoje
778 ocupam este espaço. Uma preocupação que a gente tem levado nesse tempo todo é sempre que há
779 estes movimentos de recolocação ou readequação do espaço, o normal, dentro da Secretaria de
780 Habitação e de Obras, é de fazer esse espaço como terra arrasada. Então, nesse sentido vai a nossa
781 preocupação. Este foi um grande debate que nós desenvolvemos na época da transferência da Cai-Cai
782 para junto do Morro do Osso, que na avaliação enquanto ambientalista e geógrafa, naquela
783 oportunidade, foi da forma como aquele assentamento foi feito, a forma arquitetônica daquele
784 assentamento. Então, serve como alerta pois lá perdemos espécies nativas, houve inclusive drenagem
785 de olho d'água, e ali teve uma série de coisas que nós não compactuamos na época. Então, a nossa
786 discordância, na época, era a forma como estava sendo feito aquele projeto arquitetônico. E me senti
787 extremamente contemplada na fala do Leonardo com relação a questão dos espaços que estas
788 populações devem ocupar. Até se nós queremos reconstruir, dar cidadania para estas pessoas, temos
789 que respeitar os espaços que elas estão ocupando hoje, reconstruir esta história e dar esta cidadania a
790 eles. Há o alerta, e com isso fico preocupada em relação a questão do projeto como está colocado aí.
791 Na minha visão, não é um projeto que poderia integrar. Deveria ser um projeto que se integrasse
792 dentro da unidade de conservação. Ele é mais um projeto, desculpem os engenheiros, de engenheiro, é
793 aquela coisa de bloco e cimento. E é isso que vi e gostaria de manifestar um pouco a preocupação com
794 relação a esta questão. **Sr. Cristiano Machado Silveira:** Queria voltar uma consideração da primeira
795 fala. As unidades de conservação não são definitivamente espaços estanques; tanto é que o Sistema
796 Estadual de Unidade de Conservação prevê que, em caso de desafetação, esta unidade pode ser
797 alterada. Dentro da fala que o Prof. Lewgoy fez, a gente não pode, mesmo como Conselho de Meio
798 Ambiente, desassociar esta questão habitacional, pois se nós continuarmos a desassociar o homem da
799 natureza, vamos continuar tendo as ocupações na zona sul da cidade, nos topos de morro da cidade, no
800 Jardim Botânico. Então, não é este o argumento que chega ao centro desta questão. Se a
801 regulamentação desta área ajudar a resolver os problemas ambientais históricos do Jardim Botânico,
802 ele vai estar contribuindo com a questão ambiental também. E acho que uma recolocação dessas
803 famílias para uma outra área, ainda mais com os casos que a gente conhece dos loteamentos que são
804 feitos, não ia ser incólume ao meio ambiente. Alguma área teria que ser terraplanada, alguma
805 construção teria que ser feita para botar estas famílias em outro lugar. Então, acho que temos que
806 pensar por esse lado. O que queria voltar é a ordem das coisas, pois o Sistema Estadual de Unidade de
807 Conservação prevê que pode haver desafetação e pode haver alterações nas unidades de conservação,
808 mas que deva ser ouvido o Conselho de Meio Ambiente. Então, essa reunião não deveria ter sido
809 posterior à lei, e sim anterior à lei. E deveríamos ter conversado isso, não por meio do Ministério
810 Público, numa ação civil pública, mas antes serem feitas todas estas considerações, todas aqui, que é o
811 fórum qualificado para isso e para as outras questões que vão acontecer, pois, no Estado temos o
812 Delta do Jacuí, por exemplo, que tem esta questão multiplicada a mil. E outros tantos exemplos.
813 Então, tem que ter humildade, de ambos os lados, de reconhecer que houve uma inversão na ordem
814 das coisas, mas que procurar também entender esta questão social como parte sim da resolução dos
815 problemas ambientais. **Sra. Silvia Capelli:** Só para dar a informação acerca não da posição, mas do
816 encaminhamento e do estágio em que se encontram as representações oferecidas pelo Ver. Beto
817 Moesch e pela Amigos da Terra. Foi apresentada representação em janeiro e essa representação como
818 versa sobre uma possível inconstitucionalidade do projeto de lei, essa matéria é de atribuição do
819 Procurador-Geral de Justiça, que é o Chefe do Ministério Público. Portanto, quem faz esta avaliação é

820 a assessoria do Procurador-Geral. Então, queria dizer aos senhores que já houve a distribuição do
821 assunto dentro da assessoria do Procurador-Geral, e o Ministério Público deve manifestar-se sobre o
822 assunto em torno de uma semana. Não é o Centro de Apoio do Meio Ambiente que trabalha esta
823 questão, e sim a assessoria do Procurador-Geral de Justiça que faz uma avaliação exclusivamente
824 jurídica quanto ao cabimento ou não de uma ação direta de inconstitucionalidade. **Sr. Arno Leandro**
825 **Kayser:** O principal problema é que é um caso peculiar pela situação dessa população ali. Mas acho
826 que o principal problema desta questão é que cria um precedente para se fazer esta prática em áreas
827 maiores. Aquilo que o Leonardo há pouco comentou, da questão das populações, ali, bem pertinente, do
828 que eu conheço, há um dos maiores latifúndios de especulação imobiliária de Porto Alegre, que estão
829 ali, e é uma área um pouco acima do Jardim Botânico, até onde vai o meu conhecimento de Porto
830 Alegre. Talvez o encaminhamento para uma solução para um caso desses seria uma troca; incorporar
831 uma parte daquela área, doa o equivalente. E estas questões anteriores colocadas são coisas de um
832 passado, e a própria lei estadual das unidades de conservação nem existia, e são coisas de um passado
833 histórico e que aí tu entraste pela lógica de que um crime justifica os outros crimes. Quer dizer, se
834 houve mutilações do passado, acho um argumento meio complicado, da gente colocar este tipo de
835 questão. Quer dizer, é uma situação muito peculiar, e qual é a legitimidade de uma outra população
836 que está lá no Jardim Zoológico, que também está há bastante tempo lá dentro, e conheço as áreas, e
837 como vai ficar a própria Fundação Zoobotânica para agir em outras áreas? Daqui a pouco vamos ter
838 que enfrentar a esta realidade e vamos cair realmente naquele dilema. É uma questão que tem que ter
839 um encaminhamento bem inteligente para não se criar precedentes, de todo mundo que está dentro das
840 áreas fica. Em quase todas as unidades de conservação do Estado tem gente, às vezes, há décadas.
841 Estive há poucos dias no Espigão Alto, e há famílias que estavam há 40, 50, 60, 70 anos lá dentro e
842 que estão saindo. E talvez tem que encontrar uma solução. De repente, até esta: ali tem um latifúndio
843 do lado, tira 2 ha, e talvez até tenha do ponto de vista ambiental mais qualidade, e deixa aquele povo
844 naquele cantinho lá. Pode ser que seja uma solução, e nem sei se é possível. O discurso do Leonardo é
845 perigoso, que foi retirado dali, mas os tempos eram outros. E até era diante de algumas das leis que
846 estamos nos baseando hoje. **Sr. Eleutério Lopes:** Vimos naquelas lâminas aquela cronologia toda
847 desta área, quando começou em 28. Para recapitular, em verdade, os primeiros a irem para lá foram os
848 pais destas pessoas que hoje estão lá, alguns deles avós. E o Jardim Botânico foi criado há 30 anos
849 depois, em 58, e a Fundação Zoobotânica foi criada em 72. Além destas entidades todas, incluindo o
850 Clube Militar, o Clube Farrapos, Círculo Militar, Clube dos Surdos Mudos, 8º Distrito de
851 Meteorologia, foi uma relação de instituições que foram ocupando e ficaram com metade da área que
852 era destinada. Não tenho a menor dúvida que o Ministério Público, ao analisar esta complexa matéria,
853 além da legislação toda atinente a questão ambiental, até porque fez parte do fundamento da
854 justificativa que tramitou pelo Poder Executivo e Legislativo, pois afinal a cidadania e a dignidade da
855 pessoa humana, como fundamento do Estado brasileiro, artigos 1º, 2º e 3º da Constituição Federal, são
856 preceitos constitucionais que devem nortear as políticas públicas voltadas a concretizar os direitos da
857 pessoa humana, e por serem normas diligentes, são condicionantes às demais normas relacionadas
858 com as políticas públicas, incluindo, nesta ordem, a política habitacional e a de saneamento. Nós não
859 podemos reclamar da violência que estamos nos deparando em todo o País, e, ao mesmo tempo,
860 sermos cúmplices e comungar com o *apartheid* que vige no País. Tratar pobre como leproso, como se
861 tratavam os leprosos na época de Cristo, não é correto. E é realmente uma matéria extremamente
862 polêmica, complexa, e que nos exige uma preocupação grande. Eu falo assim com toda a
863 tranqüilidade de quem tem uma história também dentro das questões ambientais, de quem participou
864 da elaboração da Lei dos Agrotóxicos, de quem presidiu a Sociedade de Agronomia na época em que
865 trouxemos o Path Mooney ao Brasil para denunciar o monopólio das sementes do germoplasma pelas
866 multinacionais, quer dizer, tenho uma história nesta questão. E, na mesma época que já estamos no
867 século XXI e nos deparamos com um País ainda tomado de capitania hereditárias. Pegando a região
868 do nordeste temos a Capitania dos Collor, dos Agripino, dos Sarney, dos Maia, enfim, é uma situação
869 muito delicada e que exige bastante serenidade, sabedoria para a gente interpretar esta questão. Uma
870 notícia que posso dar para vocês, dentro desta linha, que temos problemas gravíssimos, como este no
871 Parque Zoológico. Nós estamos fazendo um acordo que vai envolver a Gerdau, numa compensação
872 determinada pela FEPAM, para regularizar e retirar um núcleo de 50 famílias dentro do Parque
873 Zoológico para outro lugar, desses núcleos que invadiram. Quer dizer, sobre a FZB temos 500 ha em
874 São Leopoldo do horto, 700 ha do Parque Zoológico, 170 ha agora em Candelária do Sul, do Parque

875 Paleontológico, 40 ha do Jardim Botânico, a Ilha da Casa da Pólvora, e precisamos construir uma
876 situação de controle disso aí. E sozinhos não temos como imaginar que o Estado vai conseguir fazer
877 isso. Nem na época do autoritarismo, com todo o aparato militar, conseguia-se esse tipo de coisa. E
878 não vai ser agora, que a sociedade tem outra forma de enxergar essas coisas. Então, precisamos,
879 realmente chamar à sociedade à nossa luta ambiental. Todos nós somos responsáveis por esta questão
880 aí. E assim, Kathia, a questão do recolhimento do lixo lá, a observação que tu fizeste, lastimando de
881 que é tarde que estão fazendo isso. E eu te disse que a gente fez. Mas toda esta luta ambiental que
882 hoje nós nos deparamos, a organização das ONGs todas, ela não teriam razão de ser, se um dia não
883 tivessem começado. Essa história toda começou e teve o auge que foi deflagrado a partir de um ato
884 simbólico, que foi um marco para muita gente, que foi aquela subida do Daniel naquela tipuana na
885 João Pessoa. Já tinha uma AGAPAN constituída, que deu respaldo, e já tínhamos problemas graves de
886 degradação ambiental naquela época. Mas, se tivéssemos entrado na filosofia de que fico triste que
887 estão fazendo alguma coisa agora, que já era para ter sido feito antes, sempre fui daquele ditado:
888 “Antes tarde do que nunca”. E devemos estar felizes que a Administração da FZB recolheu o lixo e
889 fez a limpeza que os outros lastimavelmente não fizeram. Acho que é uma característica de quem tem
890 esse compromisso com a questão ambiental. Todos nós, quando se faz estas limpezas de arroio, que se
891 faz estas limpezas de praia, que a gente chama a atenção, e era para a Prefeitura fazer, não vamos sair
892 desta situação. Infelizmente, são poucos os abnegados, que nem vocês, que têm essa dedicação de
893 24h/dia, uma luta que eu recordo, quando esta discussão começou, os ambientalistas eram tratados
894 como “loucos”, como “extraterrestes”, como pessoas quem nem eram desse planeta. Estava
895 comprometendo o desenvolvimento do País nos anos 70. Esse País ia ser a maior potência do Mundo!
896 E segundo o discurso de desenvolvimento daquela época, quanta coisa conseguimos trancar ou sustar
897 hoje, quanta discussão foi feita? Infelizmente, muitos e graves problemas ainda temos de questão
898 ambiental. E precisamos de mais, desta vigilância permanente de vocês, deste apoio, e sabe-se que as
899 entidades ambientalistas têm dado pela preservação da vida. Vi esses dias um paleontólogo lá da
900 Fundação Zoobotânica, que achou nesse sítio de Candelária uma peça de um dinossauro com 250
901 milhões de anos. Nossa, como a gente é pequeno. O que é a nossa vida? 40, 50, 100 anos. O que
902 estamos deixando de legado, para os nosso filhos, para os nossos netos em termos de ambiente?
903 Quanta transformação para degradação do nosso solo. O solo é uma variável de patrimônio de uma
904 Pátria. O que foi feito com o solo deste País, com a cultura da soja e do trigo nos anos 60, 70 e 80 ?
905 Toda esta fortuna que se gasta no Programa Pró-Guaíba hoje para recuperar o estuário do Pró-Guaíba
906 é decorrente do processo de agricultura maluco que nós tivemos nos anos 70. Hoje está aí. Valeu a
907 pena o dinheiro que entrou com a exportação do soja? Vamos botar na balança o quanto estamos
908 gastando agora para despoluir o nosso estuário todo aqui. Não tem como! Lastimo, mas foi um dos
909 abacaxis que eu recebi. Agradeço a oportunidade. Estou sempre à disposição do Conselho,
910 evidentemente, não poderia ser de outra forma. Acho que a gente tem que trazer aqui a Secretaria de
911 Habitação para verificar bem este projeto como está. Vamos esperar o desfecho desta discussão
912 jurídica, que está se travando no Ministério Público, e o que tiver que ser feito a gente vai fazer.
913 Obrigado, pessoal. **Sr. Presidente:** Obrigado. Conselheiros, não temos *quorum* nesta instância para
914 deliberar sobre o tema. Se houvesse alguma proposição de resolução, algo nesse sentido. Proporia o
915 seguinte encaminhamento: que nós acolhêssemos aqui a proposta que foi referida pelo Diretor
916 Eleutério, que é de convidarmos a Secretaria Estadual da Habitação para que venha ao CONSEMA se
917 pronunciar sobre esse tema. Temos acordo com esse encaminhamento? Manteríamos, de certa forma,
918 o tema do Jardim Botânico em pauta, agregando aí um pronunciamento da Secretaria Estadual de
919 Habitação. São 17h, em geral é o teto habitual da reunião do Conselho, mas não vencemos a nossa
920 pauta e temos mais dois pontos. Consulto aos Conselheiros se a gente mantém a nossa reunião. **Sra.**
921 **Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Sem *quorum* não dá. **Sr. Cristiano Machado Silveira:** Leia
922 os pontos. **Sr. Presidente:** Os dois pontos que temos: **3 – Sistema Estadual de Unidades de**
923 **Conservação – SEUC; 4 – Assuntos Gerais. Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Acho que
924 sem *quorum* a gente corre o risco que daqui a dois ou três meses as pessoas que não estavam presentes
925 hoje aqui peçam de novo este assunto para entrar em pauta novamente. Agora, Assuntos Gerais, acho
926 que não teria problema. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sugestão de pauta: A AGAPAN está sugerindo
927 dois pontos de pauta: Detalhamento dos Processos de Licenciamento Ambiental das Barragens do Rio
928 Grande do Sul, de todas as barragens como estão. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Isso a

929 gente está vindo no Grupo de Trabalho de Energia. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Então, quem sabe o
930 Grupo traz para cá o seu relato. Outro ponto que estamos sugerindo é a questão dos transgênicos:
931 situação atual em relação à fiscalização e o veto do Governo à lei que tramitou no passado dos
932 transgênicos. A gente quer saber da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento como está a questão
933 dos transgênicos no Estado. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Uma solicitação para que os Conselheiros
934 encaminhem por fax os temas para a gente poder fazer a organização. **Sr. Arno Leandro Kayser:**
935 Primeiro, só um reforço da solicitação da correspondência da ALGA, que há o interesse da ALGA em
936 ter acesso ao processo de licenciamento da Cidade de Caxias e que seja alcançado uma cópia para a
937 entidade para que ele possa estudar a questão. A outra questão é uma preocupação que temos com
938 relação a situação que está o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Ontem estive numa reunião do
939 Comitê Sinos, há uma situação, parece que bastante complicada em vários Comitês, e até gostaria que
940 o Ricardo, que é Secretário Executivo do Comitê Caí, também manifestasse alguma coisa, quanto a
941 liberação de recurso por parte do Estado para manutenção dos Comitês. Há, até onde eu sei, e gostaria
942 que o Silvio nos completasse, a gente não tem informações, processos junto à Secretaria da Fazenda,
943 de liberação desses recursos. E a situação dos Comitês, pelo que temos visto pelo interior, pelo menos
944 da região hidrográfica do Guaíba, estão quase parando, o que, em nossa avaliação, é uma situação
945 muito delicada, na verdade, é um sistema extremamente importante, é um sistema que é referência
946 nacional, e está numa situação de impasse. E o Comitê Sinos, se não houver uma solução, pára no
947 final deste mês, é o Comitê mais antigo, vai completar 15 anos no domingo agora. Seria uma coisa
948 muito grave para o Estado do Rio Grande do Sul, e esta questão das águas é fundamental, e temos
949 vários programas aí, e até o que o CONSEMA poderia fazer, uma manifestação, e se o problema é
950 uma manifestação ao Secretário da Fazenda, que se faça no sentido de dar uma solução para esta
951 questão. Pediria que o pessoal da SEMA colocasse a situação e desse mais elementos. Vejo com
952 bastante preocupação e é uma questão que eventualmente pode se vir a discutir, pois há a questão das
953 agências, não só da agência do Guaíba, mas todas as agências do Estado. Esta questão, acho que deve-
954 se começar a discutir. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Quero reforçar esta colocação do Arno, é
955 bastante importante, pois tudo que ele colocou é verdade. A gente está sentindo no funcionamento do
956 dia a dia dos Comitês a dificuldade, e vários Comitês há meses sobrevivendo de favor de algumas
957 instituições quando, na verdade, temos um Sistema Estadual de Recursos Hídricos que prevê que
958 esses Comitês devam ser mantidos com recursos do Estado e sabemos que há recursos, no Fundo
959 Estadual de Recursos Hídricos, e, por alguns problemas que estão ocorrendo, não está havendo esse
960 repasse de recursos, tanto para a manutenção dos Comitês, como também para outras atividades
961 fundamentais, como planos de bacias e outras ações que são necessários. O Arno falou também das
962 agências e bacias de regiões hidrográficas, para fazer todo o sistema funcionar. Isso é uma situação
963 grave que está acontecendo no Estado, tanto que foi colocado que talvez Comitês parem de funcionar,
964 hibernem por um tempo, até que a situação retorne à normalidade, e reforço esta colocação de que o
965 CONSEMA se manifeste ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, no sentido de que faça as
966 liberações desses recursos que existem dentro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, para que o
967 sistema possa voltar a andar. **Sr. Cristiano Machado Silveira:** Fui obrigado a fazer a minha
968 colocação nos Assuntos Gerais, e queria mesmo era conversar sobre isso na pauta de Unidades de
969 Conservação. Mas eu e dois colegas protocolamos hoje aqui na Secretaria uma carta ao Secretário
970 Cláudio Langone fazendo algumas considerações sobre as notícias da abertura do Parque Estadual de
971 Itapuã. Pedimos alguns esclarecimentos ao Secretário e, entre eles, a gente faz uma sugestão de que o
972 Conselho Estadual de Meio Ambiente seja ouvido sobre as condições para abertura do parque. Então,
973 isso volta a uma questão que não foi respondida dentro das duas vezes que pedi a fala, que é muito
974 parecida com a questão do Jardim Botânico, que o Conselho deve ser ouvido antes e não
975 simplesmente ser comunicado depois que as coisas acontecem. E quem quiser cópia desta carta, a
976 gente já distribuiu algumas, mas eu tenho aqui e os Conselheiros podem estar vendo isso. **Sra. Kathia**
977 **Maria Vasconcellos Monteiro:** Tem acontecido, com uma certa frequência, uma hierarquização das
978 pautas em que nós, dos Amigos da Terra, não conseguimos entender. Já houve um caso em que nós
979 ficamos nove meses esperando que um determinado assunto entrasse em pauta. É claro que hoje a
980 gente entende que esse assunto do Jardim Botânico era urgente e tinha que entrar em pauta, não tenho
981 dúvida disso. Só que na reunião de dezembro pedimos, em nome do Grupo de Trabalho de Energia,
982 que a Secretaria de Saúde fizesse a apresentação do problema que eles estão enfrentando com as

983 barragens, como a multiplicação de vetores. E estamos aí com o problema da dengue, dos mosquitos,
984 com problema no hantavírus no interior do Estado, e pedi isso na reunião de dezembro, consta na Ata
985 que nós tínhamos urgência em tratar desse assunto, e o assunto ainda não entrou em pauta. Acho o
986 assunto Unidades de Conservação de extrema importância, é um assunto que eu trabalho diretamente,
987 mas tenho que reconhecer que ele não tem a mesma urgência desse assunto que foi pautado pelo GT
988 de Energia. Acho que a gente tem que definir ou esclarecer para o CONSEMA, para a Plenária como
989 a Secretaria e a Presidência hierarquizam esta questão da pauta, a definição da pauta. A outra coisa é
990 que na reunião de janeiro foram apresentados os Programas Prodetur, Pró-Guaíba, Pró-Mar-de-
991 Dentro. Na ocasião, solicitamos que queríamos receber o material e nós recebemos só o material do
992 Pró-Guaíba. Temos interesse especial no Prodetur, e não recebemos nada do Prodetur e muito menos
993 do Mar-de-Dentro. Até do Mar-de-Dentro é compreensível porque o Secretário Executivo estava
994 tomando posse naquela época, mas do Prodetur gostaria que a Presidência do CONSEMA solicitasse
995 ao Secretário de Turismo o material e que nos fosse enviado. **Sr. Geraldo André Susin:** Não sendo
996 tão formal, mas senhores, senhoras, é a minha primeira participação. E gostaria de solicitar que na
997 próxima reunião fizéssemos uma apresentação sintética da nossa Entidade, até me apresentando, que
998 sou o Geraldo André, e sou Titular indicado, o Jacson, ele é suplente, e isso é importante que aconteça
999 para uma participação melhor. O segundo ponto é ressaltando que temos um Fórum de Entidades
1000 Ambientalistas em Caxias, são nove entidades, e ocorreu uma reunião essa semana de oito delas, e
1001 deixando bem claro que nós sabemos a importância da habilitação dos Municípios para esta questão
1002 ambiental e a importância que a sociedade organizada de cada Município tenha esse processo e
1003 discuta esse processo. Isso sustenta o pedido que nós encaminhamos ao Movimento Roessler, como
1004 ele é Conselheiro e nós não somos ainda, para entregar a ele este processo, pois na semana que vem
1005 queremos discutir e para que tenha uma base e tenha respaldo junto às Organizações Não
1006 Governamentais em Caxias do Sul, para que haja um processo de paz, um trâmite tranquilo e que a
1007 gente trabalhe com sossego em Caxias e apóie esta municipalização e que a gente consiga trabalhar
1008 junto às entidades, pois o processo é uma peça importante para que a gente divulgue este processo de
1009 uma melhor forma. Obrigado. **Sr. Presidente:** Recolhemos como proposta de pauta: questão do
1010 licenciamento das barragens, transgênicos, apresentação da Entidade ALGA aos Conselheiros, Parque
1011 de Itapuã e Comitês de Bacias. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** A questão do Sistema Estadual de
1012 Recursos Hídricos, tem que ser encaminhado um documento, uma moção do CONSEMA propondo
1013 que o Governo do Estado, o Executivo Estadual agilize a liberação de recursos tanto para os Comitês
1014 como para o funcionamento de todo o Sistema de Recursos Hídricos. E teria que ser uma coisa nova,
1015 sair na semana que vem, pois tem urgência. **Sr. Presidente:** Na fala do Conselheiro Arno ele pediu
1016 para se fazer um esclarecimento da situação. Na tua fala tu apontaste para a possibilidade do Conselho
1017 ter um documento que, portanto, chegasse junto ao Governador. Identifiquei os pontos de pauta;
1018 aquilo que é objeto de esclarecimento a Dolores vai fazer em relação ao item Comitês, e houve a
1019 solicitação de cópia ou que o processo seja encaminhado à entidade ALGA de Caxias do Sul. Então,
1020 essa questão podemos combinar a forma, ou, se possível, em recolhendo o pedido, registre no
1021 processo, e ficariam em mãos com o processo e depois, na próxima reunião do Conselho, devolveriam
1022 o processo que nesse tempo ficaria sob guarda do Conselheiro. Vamos a questão do esclarecimento.
1023 **Sr. Arno Leandro Kayser:** Além da questão do esclarecimento, também estou propondo que seja
1024 discutido o Sistema, a agência, que é importante. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Com relação aos
1025 Comitês, propriamente dito, não são todos os Comitês que não receberam a parcela. Alguns
1026 receberam e há uns que realmente estão muito atrasados, e está gerando uma situação de preocupação
1027 para nós também, como gestores do sistema. Temos a sinalização nesta semana, com relação a este
1028 assunto dos Comitês, que até o final do mês, este assunto vai estar resolvido, de liberação de verba
1029 dos Comitês. Com relação à discussão do Sistema, trago uma solicitação do Presidente da Câmara
1030 Técnica de Recursos Hídricos, informando ao CONSEMA está com dificuldades de trabalho, pois não
1031 tem pauta, ela tem sozinha que estabelecer a sua pauta. Então, a Câmara Técnica solicita à Plenária
1032 que este assunto seja trazido à discussão, de qual é a pauta de trabalho desta Câmara Técnica e sugere
1033 que uma discussão a ser feita é sobre a relação entre o Sistema de Meio Ambiente e o Sistema de
1034 Recursos Hídricos. Então, já vem da própria Câmara Técnica essa solicitação de que se discuta aqui
1035 na Plenária. Alguns itens, só para ilustrar o que o Conselheiro Arno levantou, com relação à discussão
1036 de agência e outras, o Conselho de Recursos Hídricos, na sua Câmara Técnica, está discutindo em
1037 detalhes estes itens. Então, a solicitação da Câmara Técnica de Recursos Hídricos do CONSEMA é

1038 que a gente, em Plenária, discuta uma forma de conciliar isso e não ficarmos dois Conselhos, duas
1039 Câmaras Técnicas, discutindo em paralelo as mesmas coisas, e de que se tenha uma forma de trabalho
1040 produtiva e não se perca as mesmas pessoas em tempos diferentes discutindo as coisas. De alguma
1041 forma isso vai entrar em pauta ou se pretende trazer numa próxima reunião para que se possa
1042 estabelecer o trabalho da Câmara Técnica de Recursos Hídricos do CONSEMA. **Sr. Ricardo**
1043 **Litwinski Süffert:** Apesar de não termos *quorum* agora, reforço da importância, de neste momento,
1044 na data de hoje, tirarmos um documento do CONSEMA, mesmo que ele seja *ad referendum*. Em uma
1045 próxima reunião onde haja *quorum*, pois não acredito que outros Conselheiros vão opor-se a isso, pois
1046 há esta possibilidade de ser referendado depois para uma próxima reunião, mas tirar hoje um
1047 documento dizendo que os Conselheiros aqui reunidos propõem ao Executivo Estadual a agilização da
1048 liberação dos recursos aos Comitês de Bacias Hidrográficas e ao funcionamento de toda a engrenagem
1049 do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Isso porque é uma coisa urgente, a gente já está há meses
1050 discutindo esta questão e respeito esta tua colocação, Dolores, que até o final deve-se resolver esta
1051 questão, mas a gente está há meses ouvindo esta explicação, e, eu desejo profundamente que tu tenhas
1052 toda a razão e realmente seja no final do mês que todos os Comitês recebam esta boa notícia. Porém,
1053 acho que politicamente é importante ter este referendo do CONSEMA como algo de importância que
1054 a engrenagem de todo o Sistema Estadual de Recursos Hídricos funcione. Então, não vejo problema
1055 de sair um documento *ad referendum*, se for o caso, mesmo que não tenhamos *quorum* aqui hoje,
1056 porque é um assunto que imagino que nenhum Conselheiro aqui se oponha a isso, mesmo os que não
1057 estão presentes. Podemos discutir entre outros Conselheiros. **Sr. Presidente:** Não podemos deliberar
1058 pois não temos *quorum*. Fica o registro da Direção da SEMA de que esse assunto tem um calendário
1059 para terminar que é o registro da conversa que tivemos com a Secretaria da Fazenda sobre esta
1060 situação. As falas aqui sobre este assunto foram recolhidas e compõem uma Ata. Então, há o registro
1061 formal, do ponto de vista do Conselheiro, dos demais, sobre este ponto quanto a preocupação da
1062 liberação de recursos. Houve aqui o registro, e nós já vínhamos de tratativas com a Fazenda sobre
1063 isso. Nesse caso, o entendimento que tenho é que primeiro não podemos deliberar. Não há um
1064 documento aqui na Mesa formulado para que enviássemos ao Governador. Segundo, essa instância
1065 não tem *quorum* aqui para deliberar sobre isso. O que eu proporia é de que a Presidência encaminhe
1066 um ofício dando ciência do teor da Ata ao Governo, e aí, portanto, recolhe as preocupações do
1067 Conselheiro. Na próxima reunião, se persistir essa situação, o Conselheiro reponha esse ponto na
1068 pauta, no início da reunião, e se há uma formulação, enquanto esta instância tiver *quorum* pode
1069 depois deliberar sobre isso. Mas não podemos deliberar sobre um documento pois a instância não tem
1070 *quorum*. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Concordo contigo em relação ao *quorum*. Só
1071 me preocupa a questão da Ata, pois, acredito que demore para fazer uma Ata dessas, de uma reunião
1072 como a de hoje, e mesmo que não seja, é só o informe, quanto tempo demora. Então, realmente me
1073 preocupa como efetivar essa proposta de encaminhar a Ata, que acho que seria o ideal, ou parte da
1074 Ata, mas, de qualquer forma, seria a parte final da Ata. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Quanto a
1075 questão da redação, o Arno pode aqui redigir em dois ou três minutos, é questão de um parágrafo.
1076 Quanto a questão do *quorum* volto a frisar. Acho que podemos *ad referendum*, de uma próxima
1077 reunião do CONSEMA, enviar um documento para o Governo. Você já colocou a sua opinião, estou
1078 colocando a minha de novo, pela segunda ou terceira vez, e gostaria que os outros Conselheiros se
1079 manifestassem, se *ad referendum* acham que pode ser redigido um documento do CONSEMA
1080 informando que a Plenária aqui reunida, apesar de não ter o *quorum* regimental, mas há esta forma *ad*
1081 *referendum*, de propor ao Governo do Estado, que a gente discutiu, e é importante ao Governo do
1082 Estado dar este encaminhamento. Então, gostaria de ouvir os outros Conselheiros aqui do CONSEMA
1083 sobre este aspecto. **Sr. Presidente:** Proponho que na fala do Leonardo os demais Conselheiros que
1084 queiram pronunciar-se sobre esta questão inscrevam-se para que possamos encaminhar isso. **Sr.**
1085 **Leonardo Alvim Beroldt da Silva:** Não quero, de forma alguma, questionar a autoridade deste
1086 Conselho para vir a se manifestar sobre qualquer assunto que seja pertinente a sua abrangência, que é
1087 a questão ambiental. Sinto-me na obrigação, como membro do Conselho de Recursos Hídricos, de
1088 trazer aqui, informe da última reunião do Conselho de Recursos Hídricos, em que este assunto foi
1089 trazido por um membro Conselheiro, que é o atraso dos recursos do Fundo aos Comitês de Bacia. Este
1090 assunto foi discutido. Quer dizer, estamos tratando aqui não de fundos de recursos, mas estamos aqui
1091 discutindo sobre um Sistema Estadual de Recursos Hídricos, um Conselho de Recursos Hídricos, com

1092 características próprias, onde há assento o representante dos Comitês de Bacias, que foi trazido este
1093 assunto do atraso dos recursos, e foi dado encaminhamento naquele Conselho de Recursos Hídricos,
1094 de que a Presidência do Conselho iria fazer gestão junto à Secretaria da Fazenda para que, se fosse o
1095 caso, na próxima reunião no Conselho de Recursos Hídricos, esse assunto voltar à pauta, e trazer
1096 explicações, se fosse o caso, e solicitar à Secretaria da Fazenda que se fizesse presente para explicar
1097 aos Conselheiros do CRH quais os motivos pelos quais estão havendo atrasos na liberação dos
1098 recursos. Respeito a preocupação de membros Conselheiros deste CONSEMA, mas sinto-me na
1099 obrigação de fazer esclarecimentos de que no CRH, que rege o Sistema de Recursos Hídricos no
1100 Estado, esse assunto está em pauta, está sendo cobrado, e estou imaginando que na próxima reunião
1101 do CRH deverão ter explicações, por parte do Governo, do porquê do atraso dos recursos. Dada a
1102 complexidade do assunto ,e, acho inclusive, que para deliberar sobre qualquer moção ou documento,
1103 careceria de nós discutirmos nesta instância, neste fórum do CONSEMA, aprofundar esta discussão.
1104 Porque se eu tenho informações, a partir do CRH, nem todos os Conselheiros, aqui do CONSEMA,
1105 têm informações acerca do grau de discussão sobre este tema lá no CRH. Acho que para deliberarmos
1106 alguma coisa aqui, algum encaminhamento, careceria discutir um pouco melhor este assunto no
1107 CONSEMA. **Sr. Presidente:** Conselheiros, para podermos encaminhar este ponto. Insisto, não há
1108 como deliberarmos sobre isso pois não temos *quorum*. Em segundo lugar, recolhendo o informe do
1109 Conselheiro Leonardo, o CRH discutiu isso, fez o encaminhamento. O encaminhamento que eu estava
1110 propondo é um encaminhamento mais consensual, enfim, recolhendo as preocupações do Conselheiro
1111 Ricardo, enfim, que nós pudéssemos fazer apenas um registro formal, enfim, dando ciência da Ata,
1112 inclusive o próprio CRH deve receber cópia da Ata desta reunião, para que se registre naquele
1113 Conselho que este tema foi aqui referido e, portanto, esse assunto retornasse ao CONSEMA após o
1114 retorno que a SEMA acordou. Enfim, a partir da deliberação do CRH, que é: em não havendo uma
1115 resposta adequada aos anseios dos Comitês, tal assunto seria objeto de uma pauta específica, inclusive
1116 com a presença da Secretaria da Fazenda. Proporia este encaminhamento, pois não temos *quorum* para
1117 deliberar, portanto, temos que ter uma proposta um pouco mais consensuada. Temos acordo com isso?
1118 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Para tentar consensuar as duas intervenções, então. Seria possível se fazer
1119 uma minuta deste tema e encaminhar para o CONSEMA, e o CONSEMA já mandar para os
1120 Conselheiros para a próxima reunião do CONSEMA no dia 18 de abril, e já todo mundo ter esse
1121 texto, e na próxima reunião a gente votar, e seria como um ponto de pauta, mas já tendo feita esta
1122 minuta, só votaríamos na próxima reunião e agilizaria, e a Secretária se incumbem de enviar para todos
1123 os Conselheiros. **Sr. Presidente:** Quanto a isso podemos fazer este encaminhamento. Esse tema, na
1124 próxima reunião, pode ser pautado no item “Assuntos Gerais”. Se até lá este assunto não for
1125 resolvido, o Conselheiro formula a minuta, faça-a circular inicialmente na reunião, para que todos os
1126 Conselheiros possam opinar sobre o teor, depois quando tratar do ponto possa encaminhar em
1127 condições. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Só um detalhe: já tem pauta para a próxima reunião? **Sr.**
1128 **Presidente:** Agora, vamos acordar este encaminhamento sobre esta questão que o Conselheiro
1129 levantou. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Pergunto isso porque tu disseste que botaria em “Assuntos
1130 Gerais”. E tem sido a tônica, nas últimas reuniões do Conselho, antes de chegarmos em “Assuntos
1131 Gerais” não temos mais *quorum*. **Sr. Presidente:** Conselheiro Ricardo. Um dos pontos é a questão do
1132 sistema do CRH, portanto, isso está sendo apresentado aqui como ponto de pauta. Podemos acordar
1133 que este ponto entra na pauta, na próxima reunião desta instância, e que, portanto, isso resguarda, em
1134 boa medida, a tua preocupação de que o tema Comitês, repasse de recursos, possa também ser tratado
1135 neste ponto. Temos acordo? Acho que leríamos o que vai ser, em tese, a nossa pauta: Considerando
1136 que a pauta Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC não será objeto de discussão hoje,
1137 portanto, fica já como ponto de pauta para a próxima reunião. A Mesa apresentou a possibilidade de
1138 um convite para a Secretaria Estadual de Habitação e podemos fazer isso na próxima reunião. Então,
1139 temos dois pontos. E o Sistema de Recursos Hídricos que pode ser o terceiro ponto, sendo que o
1140 quarto ponto vai ser “Assuntos Gerais”. Está bem, esta é a nossa pauta? **Sr. Arno Leandro Kayser:**
1141 Acho que este assunto de Sistema Estadual de Unidades de Conservação já é bastante pano para
1142 manga. **Sr. Presidente:** Se queremos discutir o sistema, vamos precisar de mais tempo, de fato. Por
1143 isso que apresentei aqui para mantermos que o item “Assuntos Gerais” resguarda essa questão do
1144 repasse, enfim. Podemos perfeitamente colocar. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Manutenção dos
1145 Comitês, temos esta questão resolvida ou não. **Sr. Presidente:** O *quorum* tem que ser mantido. Não

1146 dá para montarmos a pauta pensando sempre em *quorum*. Temos que entender que o *quorum* sempre é
1147 um esforço de cada Conselheiro aqui de permanecer até o término da reunião, pois senão, não vamos
1148 conseguir montar a pauta. Se estabelecermos uma espécie de preocupação maior sobre o *quorum*,
1149 vamos considerar que este ponto não estava em nossa pauta, e foi o Conselheiro Arno quem lembrou
1150 aqui quando abrimos o ponto “Assuntos Gerais”. Acordamos isso, então? Os demais pontos de pauta
1151 estão recolhidos e vamos, na medida do possível, colocando-os ao longo das reuniões. Nada mais
1152 havendo para discutir o Sr. Presidente encerrou a reunião às 17h37min. Nada mais havendo para ser
1153 registrado, lavrei a presente ata.